

 **São Martinho S.A.**
Informações Trimestrais - ITR em
30 de junho de 2011 e relatório sobre a
revisão de informações trimestrais

Notas Explicativas

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
São Martinho S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da São Martinho S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 15 de agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

São Martinho S.A.
Notas Explicativas
Balancos patrimoniais
Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		
		30 de junho de 2011	31 de março de 2011	30 de junho de 2011	31 de março de 2011	
Circulante						Passivo e patrimônio líquido
Caixa e equivalentes de caixa	6	242.204	116.461	323.884	225.067	Circulante
Contas a receber de clientes	7	47.340	50.439	55.309	59.673	Empréstimos e financiamentos
Instrumentos financeiros derivativos	28	15.191	5.967	15.191	5.967	Instrumentos financeiros de Fornecedores
Estoques	8	172.031	116.042	216.392	139.106	Obrigações - Copersucar
Tributos a recuperar	9	18.901	12.650	30.525	33.520	Salários e contribuições sociais
Imposto de renda e contribuição social	24	4.299	1.023	5.710	5.037	Tributos a recolher
Outros ativos	11	14.073	4.958	16.870	5.692	Imposto de renda e contribuições
						Partes relacionadas
		514.039	307.540	663.881	474.062	Dividendos a pagar
						Adiantamentos de clientes
						Outros passivos
Não circulante						Não circulante
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos
Partes relacionadas	10	3.184	4.833	777	33	Obrigações - Copersucar
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	75.412	86.068	121.405	132.676	Tributos parcelados
Contas a receber - Copersucar		5.956	9.749	6.056	9.939	Imposto de renda e contribuições
Tributos a recuperar	9	16.283	14.354	37.859	37.220	social diferidos
Depósitos judiciais	27	31.907	30.564	33.531	32.367	Provisão para contingências
Outros ativos	11	6.215	5.619	7.686	7.101	Outros passivos
		138.957	151.187	207.314	219.336	
Investimentos	12	1.161.655	1.179.411			Patrimônio líquido
Ativos biológicos	13	337.945	342.152	445.066	435.532	Capital social
Imobilizado	14	1.333.401	1.328.183	2.858.492	2.864.761	Ajustes de avaliação patrimonial
Intangível	15	35.737	35.846	36.547	36.726	Reservas de lucros
		3.007.695	3.036.779	3.547.419	3.556.355	Ações em tesouraria
						Lucros acumulados
Total do ativo		3.521.734	3.344.319	4.211.300	4.030.417	Total do passivo e do patrimônio líquido

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**São Martinho S.A.****Demonstrações do resultado****Trimestres findos em 30 de junho****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010
Receitas	30	298.446	80.432	328.948	285.451
Custo dos produtos vendidos	31	(211.838)	(57.633)	(232.009)	(206.017)
Lucro bruto		86.608	22.799	96.939	79.434
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	31	(12.531)	(3.136)	(13.406)	(14.308)
Despesas gerais e administrativas	31	(20.260)	(4.638)	(23.581)	(21.425)
Resultado de equivalência patrimonial	12	5.328	8.560		
Outras receitas (despesas), líquidas	32	1.064	2.549	888	2.527
		(26.399)	3.335	(36.099)	(33.206)
Lucro operacional		60.209	26.134	60.840	46.228
Resultado financeiro	33				
Receitas financeiras		10.383	1.122	13.350	3.672
Despesas financeiras		(20.364)	(3.744)	(24.064)	(19.842)
Variações monetárias e cambiais, líquidas		1.504	(496)	1.574	(2.787)
		(8.477)	(3.118)	(9.140)	(18.957)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		51.732	23.016	51.700	27.271
Imposto de renda e contribuição social	24(b)				
Do período corrente		(11.963)	(4.211)	(11.972)	(12.574)
Diferidos		(1.805)	267	(1.764)	4.375
Lucro líquido do trimestre		37.964	19.072	37.964	19.072
Lucro básico e diluído por ação	34	0,34	0,17		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Trimestres findos em 30 de junho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Lucro líquido do trimestre	37.964	19.072	37.964	19.072
Outros componentes do resultado abrangente				
Resultado com derivativos - <i>hedge accounting</i>	13.308	(2.885)	13.308	(2.885)
Total do resultado abrangente do trimestre	51.272	16.187	51.272	16.187

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

São Martinho S.A.
Notas Explicativas
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial				L
			Deemed cost		Resultado com derivativos - hedge accounting		
			Própria	De investidas	Própria	De investidas	
Em 30 de março de 2010		360.000	423.429	934.418	25.458	20.363	9.
Realização de mais-valia de deemed cost	21(c)		(3.288)	(6.328)			
Resultado com derivativos - <i>hedge accounting</i>	21(c)				(2.288)	(597)	
Lucro líquido do trimestre							
Em 30 de junho de 2010		<u>360.000</u>	<u>420.141</u>	<u>928.090</u>	<u>23.170</u>	<u>19.766</u>	<u>9.</u>
Em 30 de março de 2011		455.900	645.687	674.582	(15.300)		15.
Realização de mais-valia de deemed cost	21(c)		(10.308)	(147)			
Incorporação de deemed cost da OMTEK	1.7		3.374	(3.374)			
Resultado com derivativos - <i>hedge accounting</i>	21(c)				13.308		
Lucro líquido do trimestre							
Em 30 de junho de 2011		<u>455.900</u>	<u>638.753</u>	<u>671.061</u>	<u>(1.992)</u>		<u>15.</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Trimestres findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	37.964	19.072	37.964	19.072
Ajustes				
Depreciação e amortização	33.080	7.500	39.018	8.009
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	44.534	18.298	47.251	73.203
Varição no valor justo de ativos biológicos	(3.353)	1.066	795	7.972
Resultado de equivalência patrimonial	(5.328)	(8.560)		
Custo residual de investimento e imobilizado baixados	503	120	664	715
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	3.782	3.917	7.821	24.369
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquidas	2.360	558	2.232	2.249
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.805	(267)	1.764	(4.375)
Provisão para perdas na realização dos estoques	(377)		(3.804)	6.043
Ajuste a valor presente e outros	482	(1.119)	98	(474)
	115.452	40.585	133.803	136.783
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	6.050	(7.443)	(1.179)	(17.870)
Estoques	(34.029)	(12.403)	(49.463)	(88.456)
Tributos a recuperar	4.883	(49)	4.562	6.088
Partes relacionadas		(2.275)	971	(301)
Outros ativos	(9.351)	(884)	(12.576)	(5.524)
Fornecedores	38.745	1.975	36.738	2.322
Salários e contribuições sociais	16.905	2.603	19.087	12.687
Tributos a recolher	1.514	2.369	2.181	(235)
Impostos parcelados	(645)	(476)	(829)	(717)
Provisão para contingências	(7.302)	(976)	(7.435)	(4.215)
Outros passivos	(18.047)	1.045	(12.304)	(12)
Caixa proveniente das operacionais	114.175	24.071	113.556	40.550
Juros pagos	(3.305)	(3.566)	(8.715)	(14.783)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.967)		(10.967)	(1.985)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	99.903	20.505	93.874	23.782
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicação de recursos em investimentos	(1.584)			
Adições ao imobilizado e intangível	(35.993)	(4.140)	(45.472)	(3.821)
Adições aos ativos biológicos (plantio e tratos)	(40.900)	(10.520)	(62.206)	(48.845)
Recebimento de recursos em partes relacionadas - mútuo		3		
Caixa e equivalentes de caixa incorporado de controlada - Omtex	1.320			
Adiantamento para futuro aumento de capital	(1.600)		(846)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(78.757)	(14.657)	(108.524)	(52.666)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Instrumentos financeiros derivativos	(2.823)	10.188	(2.823)	17.392
Captação de financiamentos - terceiros	133.250	34.651	157.444	234.268
Amortização de financiamentos - Copersucar	(1.141)	(464)	(1.136)	(1.478)
Amortização de financiamentos - terceiros	(24.689)	(38.989)	(40.018)	(141.234)
Captação (pagamento) de recursos de partes relacionadas - mútuo				(3)
Adiantamento para futuro aumento de capital				28
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	104.597	5.386	113.467	108.973
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	125.743	11.234	98.817	80.089
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	116.461	24.200	225.067	130.634
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	242.204	35.434	323.884	210.723

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Trimestres findos em 30 de junho
 Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas				
Vendas brutas de mercadorias e produtos	314.047	83.359	348.442	304.119
Receita referente a construção de ativos próprios	49.466	11.712	73.022	55.800
Outras receitas	1.144	793	1.172	1.448
	<u>364.657</u>	<u>95.864</u>	<u>422.636</u>	<u>361.367</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidas	(93.911)	(17.855)	(94.014)	(70.361)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais	(71.739)	(20.259)	(102.686)	(93.498)
Recuperação (perda) de valores ativos	377		3.804	(5.447)
	<u>(165.273)</u>	<u>(38.114)</u>	<u>(192.896)</u>	<u>(169.306)</u>
Valor adicionado bruto	199.384	57.750	229.740	192.061
Depreciação e amortização	(33.080)	(7.500)	(39.018)	(8.009)
Ativos biológicos colhidos (depreciação)	(44.534)	(18.298)	(47.251)	(73.203)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	121.770	31.952	143.471	110.849
Valor adicionado recebido em transferência	5.328	8.560		
Resultado de equivalência patrimonial	26.549	4.696	29.634	24.778
Receitas financeiras	(41)	1.797	(237)	1.152
Outras				
	<u>153.606</u>	<u>47.005</u>	<u>172.868</u>	<u>136.779</u>
Valor adicionado total a distribuir				
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e encargos	42.787	9.583	52.026	40.081
Remuneração direta	10.463	2.480	12.831	9.757
Benefícios	3.732	839	4.423	3.880
FGTS	1.912	1.004	2.220	1.807
Honorários dos administradores				
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	19.474	5.111	20.019	13.867
Estaduais	1.584	222	4.552	2.588
Municipais	139	31	141	151
Menos: incentivos fiscais estaduais			(1.176)	(1.287)
Financiadores				
Juros	10.655	3.363	14.705	18.768
Aluguéis	138	52	161	128
Variações cambiais	14.662	4.070	14.710	23.893
Outras	10.096	1.178	10.292	4.074
Lucros retidos do período	37.964	19.072	37.964	19.072
	<u>153.606</u>	<u>47.005</u>	<u>172.868</u>	<u>136.779</u>
Valor adicionado distribuído				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

São Martinho S.A. **Notas explicativas da administração às informações** **trimestrais em 30 de junho de 2011** **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

1 CONTEXTO OPERACIONAL

1.1 Informações gerais

A São Martinho S.A. (“Companhia”) e suas controladas têm como objeto social e atividade preponderante o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, álcool e demais derivados da cana-de-açúcar; cogeração de energia elétrica; exploração agrícola e pecuária; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades.

Aproximadamente 52% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos é proveniente de lavouras próprias, de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 48% de fornecedores terceiros.

O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para maturação e início de colheita, a qual ocorre, geralmente, entre os meses de abril a dezembro, período em que também ocorre a produção de açúcar e álcool.

A comercialização de açúcar e álcool (etanol) é realizada por intermédio de um consórcio firmado com a USJ Açúcar e Álcool S.A. (“USJ”) e com a Santa Cruz S.A. Açúcar e Álcool (“SC”) denominado Consórcio Allicom. Os custos, despesas e obrigações decorrentes das operações do consórcio são suportados pelos consorciados proporcionalmente à sua participação percentual no volume comercializado através da Allicom.

Como parte de seus objetivos estratégicos a Companhia mantém investimentos nas seguintes controladas e controladas em conjunto - Notas 2.2 e 12.1:

- Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Vale do Mogi”), anteriormente denominada Usina São Martinho S.A. (“USM”);
- Nova Fronteira Bioenergia S.A. (“NF”) e suas controladas:
 - Usina Boa Vista S.A. (“UBV”); e
 - SBJ Agroindustrial S.A. (“SBJ”);
- SMA Indústria Química S.A. (“SMA”);
- Usina Santa Luiza S.A. (“USL”); e
- São Martinho Energia S.A. (“SME”);
- Omtex Indústria e Comércio Ltda. (Omtex) - investimento incorporado pela Companhia em 30 de maio de 2011.

A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, registrada no Novo Mercado da BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”), com sede em Pradópolis, Estado de São Paulo. A Companhia tem como principais acionistas as seguintes *holdings* familiares, com as correspondentes participações no capital votante: João Ometto Participações S.A. (25,23%); Luiz Ometto Participações S.A. (25,23%) e Nelson Ometto Participações S.A. (10,76%). Contudo, não há acordo formal de acionistas.

A emissão dessas informações trimestrais foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de agosto de 2011.

1.2 Acordo para criação de *joint venture* com a *Amyris Biotechnologies*

Em 14 de abril de 2010, a USM anunciou um acordo com a *Amyris Biotechnologies* e sua subsidiária brasileira *Amyris Brasil* para a criação de uma *joint venture* objetivando operações no mercado de especialidades químicas e biocombustíveis produzidos a partir da cana-de-açúcar em 2012, utilizando a tecnologia *Amyris*. A empresa SMA Indústria Química S.A. foi constituída para esse propósito. A construção da planta química teve início em 31 de março de 2011 e está em andamento.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Aumento de capital e participação na UBV

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de junho de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da controlada UBV, no montante de R\$ 56.000, mediante a subscrição de 56.000.000 de novas ações ordinárias, passando o capital social da controlada de R\$ 414.288 para R\$ 470.288. A integralização ocorreu com a capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital, sendo R\$ 8.377 pela Companhia e R\$ 47.623 pela USM.

Com esta alteração, a Companhia reduziu sua participação na UBV de 28,30% para 26,71%. No entanto, o percentual de participação no consolidado não sofreu alterações.

1.4 Constituição e aumento de capital social da NF

Em 21 de junho de 2010, a Companhia e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, por meio da sua subsidiária Petrobras Biocombustível S.A. ("PBio") anunciaram a assinatura de um acordo de investimentos para produção de etanol no Estado de Goiás, região Centro-Oeste do Brasil.

Com o acordo, foi constituída uma nova sociedade, a NF, que compreendeu os ativos das subsidiárias UBV e SMBJ. O objetivo é elevar o processamento da UBV e implantar o projeto ("*greenfield*") SMBJ. A PBio terá direito de preferência, em termos e condições de mercado para compra de até 49% da produção de etanol e da energia elétrica excedente da nova sociedade.

Em conexão com o acordo acima mencionado, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17 de setembro de 2010, foi aprovado o aumento de capital social da controlada NF, no montante de R\$ 427.040, mediante a subscrição de 427.039.541 novas ações ordinárias, passando o capital social da controlada ser de R\$ 427.040. A integralização ocorreu mediante conferência da totalidade de ações ordinárias nominativas das empresas UBV e SMBJ, sendo R\$ 111.355 pela Companhia e R\$ 315.684 pela controlada USM (atualmente Vale do Mogi).

Adicionalmente, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de novembro de 2010, foi aprovado novo aumento de capital social da controlada NF, no montante de R\$ 420.874, mediante a subscrição de 410.293.373 novas ações ordinárias, ao preço unitário de emissão de R\$ 1,025788, passando o capital social da controlada ser de R\$ 847.914. Conforme requerido pela CVM, foi aberto aos acionistas minoritários da Companhia o direito de preferência no aumento de capital, sendo a parcela do capital social exercida por estes de 405.308 ações no montante de R\$ 416. As demais 409.888.065 ações emitidas, no montante de R\$ 420.458, foram subscritas pela PBio, sendo R\$ 257.423 integralizados até 31 de dezembro de 2010 e R\$ 163.035 que serão integralizados até 31 de dezembro de 2011.

Devido aos acionistas minoritários terem exercido seu direito na subscrição de ações da NF, para atendimento ao acordo realizado entre a Companhia e a PBio no tocante a esta possuir 49% do capital social do investimento, em 21 de dezembro de 2010 a Companhia vendeu para a PBio 405.308 ações ordinárias pelo montante de R\$ 416. Após a alienação, a participação no capital social subscrito da NF passou a ser de 50,95% para a Companhia, 49% para a PBio e 0,05% para os acionistas minoritários.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com a redução de participação da Companhia na NF, o saldo consolidado que até 31 de outubro de 2010 contemplava a participação de 100%, em 31 de março de 2011 passou a contemplar a participação de 62,89%, calculada com base no capital integralizado. Adicionalmente, a referida integralização por parte da PBio e a alienação de ações aos acionistas minoritários geraram ganho de capital líquido para a Companhia e para a USM, nos montantes de R\$ 8.533 e R\$ 24.666, respectivamente, os quais foram registrados diretamente no resultado do exercício, como “Outras receitas, líquidas”, por terem sido caracterizados como ganho na perda parcial de controle no âmbito de constituição de *joint venture* com contribuição de ativos, conforme interpretação da norma internacional SIC 13 - “*Jointly controlled entities - non-monetary contributions by venturers*”, com essência comercial.

1.5 Cisão total da Mogi Agrícola S.A. (“Mogi”)

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de novembro de 2010, foi aprovada cisão total dos ativos e passivos da Mogi Agrícola S.A., com base em laudo de avaliação a valor contábil de 30 de setembro de 2010, emitido por peritos avaliadores independentes, com subsequente incorporação do acervo líquido cindido por seus acionistas, a USM (atualmente Vale do Mogi) e a ARDR - Agro São José Ltda. (“ARDR”). O acervo líquido cindido, bem como a parcela incorporada pela USM, incluindo as variações patrimoniais até 31 de outubro de 2010 foi:

Ativo	Acervo líquido cindido pela Mogi	Acervo líquido incorporado pela USM (atualmente Vale do Mogi)	Passivo	Acervo líquido cindido pela Mogi	Acervo líquido incorporado pela USM (atualmente Vale do Mogi)
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1	Fornecedores	2	2
Impostos a recuperar	7	7	Tributos a recolher	3	3
	<u>8</u>	<u>8</u>		<u>5</u>	<u>5</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Partes relacionadas	334	33			
Imobilizado	<u>57.139</u>	<u>26.416</u>			
Total do Ativo	<u><u>57.481</u></u>	<u><u>26.457</u></u>	Total do Passivo	<u><u>5</u></u>	<u><u>5</u></u>
Total do acervo líquido incorporado pela USM (atualmente Vale do Mogi)				<u><u>26.452</u></u>	

1.6 Cisão parcial da USM com versão do acervo líquido cindido para a Companhia

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2010, foi aprovada cisão parcial dos ativos e passivos da USM, com base em laudo de avaliação a valor contábil de 31 de outubro de 2010, emitido por peritos avaliadores independentes, com incorporação do acervo líquido cindido pela Companhia. O objetivo da operação foi o de reorganizar as atividades operacionais das sociedades, concentrando na Companhia as atividades operacionais de industrialização, fabricação e comércio de açúcar, etanol e seus derivados, bem como a cogeração de energia elétrica, e na USM concentrar o acervo de imóveis (terras). A operação proporcionará maior eficiência das operações, especialmente no âmbito financeiro e fiscal, e a otimização do acesso a capitais, objetivando maiores níveis de competitividade e produtividade. Após a cisão parcial de seus ativos e passivos, a USM alterou sua denominação social para Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários S.A.

Notas Explicativas**São Martinho S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O acervo líquido cindido pela USM e incorporado pela Companhia, incluindo as variações patrimoniais até 30 de novembro de 2010, bem como os reflexos decorrentes dos novos CPCs/IFRS foi:

Ativo	Acervo líquido cindido	Passivo	Acervo líquido cindido
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	65.004	Empréstimos e financiamentos	101.506
Contas a receber de clientes	26.592	Instrumentos financeiros derivativos	15.856
Estoques	269.797	Fornecedores	120.878
Tributos a recuperar	10.480	Obrigações Copersucar	1.450
Outros ativos	<u>3.960</u>	Salários e contribuições sociais	30.775
	<u>375.833</u>	Tributos a recolher	10.164
		Outros passivos	<u>32.669</u>
Não circulante			<u>313.298</u>
Realizável a longo prazo		Não circulante	
Partes relacionadas	2.597	Empréstimos e financiamentos	330.146
IR e CS diferidos	49.864	Obrigações Copersucar	137.313
Tributos a recuperar	8.944	Impostos parcelados	35.806
Outros ativos	<u>3.195</u>	Tributos diferidos	204.226
	<u>64.600</u>	Provisão para contingências	20.541
		Outros passivos	<u>820</u>
Investimentos	303.759		<u>728.852</u>
Ativos biológicos	214.376		
Imobilizado	492.510		
Intangível	<u>35.157</u>		
	<u>1.045.802</u>		
Total do Ativo	<u><u>1.486.235</u></u>	Total do Passivo	<u><u>1.042.150</u></u>
		Total do acervo líquido cindido e incorporado	<u><u>444.085</u></u>

1.7 Incorporação da Omtek Indústria e Comércio Ltda. (“Omtek”)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de maio de 2011, foi aprovada incorporação dos ativos e passivos da Omtek Indústria e Comércio Ltda., com base em laudo de avaliação a valor contábil de 30 de abril de 2011, emitido por peritos avaliadores independentes. O acervo líquido incorporado pela Companhia, incluindo as variações patrimoniais até 30 de maio de 2011, bem como os reflexos decorrentes dos novos CPCs/IFRS foi:

Notas Explicativas**São Martinho S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Acervo líquido cindido	Passivo	Acervo líquido cindido
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1.320	Fornecedores	723
Contas a receber de clientes	321	Salários e contribuições sociais	465
Estoques	1.400	Tributos a recolher	57
Tributos a recuperar	13.799	Outros passivos	21
Outros ativos	895		1.266
	<u>17.735</u>		
Não circulante		Não circulante	
Realizável a longo prazo		Impostos parcelados	469
IR e CS diferidos	259	IR e CS diferidos	1.760
Tributos a recuperar	49	Provisão para contingências	358
Outros ativos	262		2.587
	<u>570</u>		
Imobilizado	9.198		
Intangível	2		
	<u>9.200</u>		
Total do Ativo	<u><u>27.505</u></u>	Total do Passivo	<u><u>3.853</u></u>
		Total do acervo líquido cindido e incorporado	<u><u>23.652</u></u>

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**2.1 Base de preparação**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais consolidadas e individuais estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo quando mencionado em contrário.

A preparação das informações trimestrais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as informações trimestrais, estão divulgadas na Nota 3.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Informações trimestrais consolidadas e individuais

As informações trimestrais consolidadas e individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM durante o exercício findo em 31 de março de 2010, com aplicação a partir do exercício findo em 31 de março de 2011. As informações trimestrais contemplam os requerimentos de divulgação estabelecidos pela norma do Comitê de Pronunciamentos Técnicos ("CPC"), CPC 21 - Demonstração Intermediária, bem como outras informações consideradas relevantes.

As informações trimestrais consolidadas também foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com Padrões Internacionais de Informações trimestrais (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

2.2 Consolidação

(a) Informações trimestrais consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações trimestrais consolidadas.

(i) Controladas e controladas em conjunto

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia detém participações societárias de controle conjunto. Nesses casos, o poder de determinar, conjuntamente, as políticas financeiras e operacionais se dá pelos direitos de voto, proveniente das ações ordinárias, e, também, das demais diretrizes estabelecidas nos correspondentes estatutos sociais e acordos de acionistas, firmados entre as partes. Os investimentos em entidades controladas em conjunto são registrados pelo método de consolidação proporcional, no qual a Companhia reconhece nas demonstrações financeiras consolidadas sua participação nos ativos, passivos e nas receitas e despesas da entidade controlada em conjunto.

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da controladora e das suas controladas e controladas em conjunto, observando os percentuais de participação em vigor e os critérios de consolidação proporcional aplicáveis. Os saldos consolidados incluem as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto:

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Empresa	Atividades principais
Vale do Mogi (antiga USM) - participação de 100% no capital social	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool e seus derivados, cogeração de energia elétrica, exploração agrícola e participação em sociedades. Após a cisão mencionada na Nota 1.6, tem como objetivo a exploração das terras por meio de arrendamento e parceria agrícola.
Omtek - participação de 100% no capital social até a incorporação em 31 de maio de 2011	Industrialização e comercialização, no mercado externo, de sal sódico. O ciclo operacional é o mesmo da sociedade controladora, que é a responsável pelo fornecimento, em condições específicas, do melaço de cana-de-açúcar, vapor e energia elétrica, insumos necessários à produção da empresa.
SME - subsidiária integral da Companhia	Atividade de cogeração e comercialização de energia elétrica a partir de derivados de cana-de-açúcar e participação em outras sociedades (em fase pré-operacional).
SMA - 50% de participação no capital social.	Produção e comercialização de produtos químicos renováveis de alta performance, bem como outros produtos correlatos (em fase pré-operacional).
USL - 41,67% de participação no capital social	Prestação de serviços de armazenagem.
NF - 62,89% de participação, com base no capital social integralizado.	Participação em outras sociedades, bem como a gestão e comercialização de bens próprios.
UBV - subsidiária integral da NF. Em 30 de junho de 2010 a Companhia detinha 28,30% (100% incluindo a participação da USM).	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de álcool e seus derivados, cogeração de energia elétrica e exploração agrícola.
SMBJ - subsidiária integral da NF e subsidiária integral da USM em 30 de junho de 2010.	Atividade agroindustrial: industrialização de cana-de-açúcar, de produção própria e adquirida de terceiros, fabricação e comércio de açúcar, álcool (etanol) e seus derivados e cogeração de energia elétrica; exploração agrícola e pecuária (em fase pré-operacional).

Notas Explicativas**São Martinho S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abaixo, seguem as informações resumidas das empresas consolidadas proporcionalmente (controladas em conjunto):

- USL - 41,67% de participação no capital social (consolidação proporcional). Os principais grupos de contas desta controlada em conjunto apresentam os seguintes saldos:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/03/2011</u>
Ativo circulante	4.465	4.424
Ativo não circulante:		
Realizável a longo prazo	3.799	4.503
Investimentos, imobilizado e intangível	6.609	6.743
Total do ativo	<u>14.873</u>	<u>15.670</u>
Passivo circulante	2.703	1.761
Passivo não circulante	23.156	24.850
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.200	3.800
Passivo a descoberto	(12.186)	(14.741)
Total do passivo e do passivo a descoberto	<u>14.873</u>	<u>15.670</u>

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receita líquida de vendas	165	162
Custos e despesas operacionais	(1.319)	(2.142)
Prejuízo do trimestre	(1.259)	(1.946)

- NF - 62,89% de participação integralizada no capital social (consolidação proporcional). Os principais grupos de contas desta controlada em conjunto apresentavam os seguintes saldos:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/03/2011</u>
Ativo circulante	231.589	227.279
Ativo não circulante:		
Realizável a longo prazo	110.002	108.649
Investimentos, imobilizado e intangível	817.298	801.400
Total do ativo	<u>1.158.889</u>	<u>1.137.328</u>
Passivo circulante	151.221	138.172
Passivo não circulante	386.175	375.304
Patrimônio líquido	621.493	623.852
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>1.158.889</u>	<u>1.137.328</u>

	<u>30/06/2011</u>
Receita líquida de vendas	42.363
Custos e despesas operacionais	(45.351)
Prejuízo do trimestre	(2.359)

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- SMA - 50% de participação no capital social (consolidação proporcional). Saldos imateriais.

(ii) Transações e participações não controladoras

A Companhia trata as transações com participações não controladoras, quando aplicável, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação detida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação detida em uma coligada ou controlada em conjunto. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso significa que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

(b) Informações trimestrais individuais

Nas informações trimestrais individuais as controladas e as controladas em conjunto são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações trimestrais individuais quanto nas informações trimestrais consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Companhia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas informações trimestrais individuais diferem do IFRS aplicável às informações trimestrais separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.3 Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com os demonstrativos internos fornecidos para os principais tomadores de decisões operacionais. Os principais tomadores de decisões operacionais, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais são: a diretoria, a presidência e o conselho de administração, responsáveis inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

2.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado e apresentados como "Variações monetárias e cambiais liquidas (Nota 33)", exceto quando diferidos no patrimônio como operações de *hedge* de fluxo de caixa qualificadas.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros como: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimo e recebíveis. A classificação depende da finalidade para qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como mantido até o vencimento ou disponível para venda.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Contas a receber de clientes", "Partes relacionadas", "Depósitos judiciais", "Outros ativos" e parte do "Caixa e equivalentes de caixa" (caixa e bancos) e "Instrumentos financeiros derivativos" (contas margem).

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da Companhia.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros - *impairment*

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e a redução ao valor recuperável é incorrida somente se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Se identificada a perda, o valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido no resultado.

Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - . mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - . condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por redução ao valor recuperável é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar a redução ao valor recuperável com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a redução ser reconhecida, a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como *hedge accounting*.

A partir de março de 2010, inclusive, a Companhia e suas controladas passaram a adotar a contabilização de *hedge accounting* para os derivativos assim designados.

Os derivativos do Grupo designados como *hedge accounting* são apenas de “fluxo de caixa”, cujas transações estão descritas na Nota 28.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As operações de *hedge accounting* seguem a política de risco aprovada pela administração da Companhia e de suas controladas e são submetidas a testes periódicos de efetividade, retrospectivo e prospectivo. Apenas a parcela dos derivativos designada para proteção, alinhada quanto ao prazo, valor e natureza do risco, e comprovadamente efetiva, tem seus resultados potenciais registrados em conta específica de patrimônio líquido (“Ajustes de avaliação patrimonial”), líquida do imposto de renda e da contribuição social diferidos.

Na liquidação das referidas operações de *hedge accounting* de fluxo de caixa, seus efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica de “Receita líquida de vendas”, de modo a minimizar as variações indesejadas no objeto do *hedge*.

O valor justo dos instrumentos derivativos está divulgado na Nota 28.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

As contas a receber no mercado externo são ajustadas pela variação cambial apurada na data de fechamento do balanço.

2.9 Estoques

Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização. O custo dos estoques de produtos acabados contempla valores incorridos na aquisição e nos gastos gerais de fabricação. Os gastos incorridos com a manutenção das lavouras de cana-de-açúcar (tratos culturais) são apropriados às safras em andamento e classificados no da rubrica “Ativos Biológicos” - Nota 13.

A cana-de-açúcar no momento da colheita é considerada como produto agrícola e é mensurada pelo seu valor justo, menos despesas com vendas, o qual é determinado pelas quantidades colhidas, valorizadas pelo valor do CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo) do respectivo mês. O valor justo da cana-de-açúcar colhida passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e álcool.

2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos e débitos diferidos, bem como dos débitos correntes, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota 25).

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

2.11 Depósitos judiciais

Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. Os correspondentes passivos em discussão são demonstrados na Nota 27.

2.12 Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas e controladas em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base em informações financeiras levantadas na mesma data-base da Companhia, conforme demonstrado na Nota 12.

2.13 Ativos biológicos

Os ativos biológicos correspondem ao plantio e cultivo de lavouras de cana-de-açúcar, que serão utilizadas como matéria-prima na produção de açúcar e álcool. Esses ativos estão avaliados pelo valor justo menos as despesas de vendas.

O ciclo produtivo da cana-de-açúcar tem em média cinco anos após o seu primeiro corte, motivo pelo qual são classificadas como cultura permanente.

As premissas significativas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na Nota 13.

O valor justo dos ativos biológicos é determinado no seu reconhecimento inicial e na data-base das informações financeiras. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, em cada período, é determinado pela diferença entre o valor justo e custos incorridos com plantio e tratamentos culturais dos ativos biológicos até o momento da avaliação, deduzido das eventuais variações acumuladas do valor justo de períodos anteriores, sendo registrado na sub-conta "Variação no valor justo dos ativos biológicos", na rubrica "Custo dos produtos vendidos".

Em determinadas circunstâncias, a estimativa do valor justo menos as despesas de venda se aproxima do correspondente valor de custo de formação até aquele momento, especialmente quando uma pequena transformação biológica ocorre desde o momento inicial ou quando não se espera que o impacto dessa transformação sobre o preço seja material e, nesses casos, os gastos incorridos podem permanecer avaliados ao custo.

2.14 Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, acrescidos de mais-valia do custo atribuído (*deemed cost*) para os grupos de terras e terrenos, máquinas e equipamentos industriais e agrícolas e veículos, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na Nota 14. Terras e terrenos não são depreciados.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são ativados por ocasião da reposição respectiva e depreciados durante o período da safra seguinte. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

A Companhia optou por avaliar determinados ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição para os CPCs/IFRS; ou seja, 1º de abril de 2009. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos tributos diferidos (Nota 14 (a)).

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.15 Intangível

(i) Ágio/deságio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível". Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGC) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para a UGC ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(ii) Programas de computador (*softwares*)

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- . É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- . A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- . O *software* pode ser vendido ou usado.
- . Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros.
- . Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- . O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os gastos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

2.16 Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

O imobilizado, e outros ativos não circulantes, inclusive o ágio e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.17 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

2.18 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões para contingências estão constituídas por valores atualizados, referentes a questões fiscais, cíveis e trabalhistas, com base nas estimativas de perdas estabelecidas pelos assessores jurídicos da Companhia.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.19 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.20 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos. Os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais correspondentes.

2.21 Reconhecimento de receita e apuração do resultado

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

(i) Venda de produtos

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para o cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(ii) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Demais receitas e despesas/custos

As demais receitas e despesas/custos são reconhecidas no resultado de acordo com o regime contábil de competência de exercícios.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo período, estão contempladas abaixo.

(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada mediante a análise individual dos títulos em atraso ou com perspectivas de inadimplência, passando por uma avaliação sobre a natureza do título, a existência e suficiência de garantidas reais, histórico e outras características.

(b) Provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques

A provisão para redução aos valores de reposição e/ou realização dos estoques é calculada mediante análise do custo médio de produção dos produtos acabados em relação aos seus valores de realização no mercado, menos as despesas com vendas.

(c) Valor justo dos ativos biológicos

O valor justo dos ativos biológicos da Companhia e de suas controladas representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados como mencionado na Nota 13.

(d) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Adicionalmente, determinados instrumentos financeiros ativos e passivos são descontados a valor presente para que seu registro não apresente uma divergência significativa para o correspondente valor justo no momento inicial. Nesse contexto, a administração estima as taxas de desconto mais apropriadas em cada circunstância e período.

(f) Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

(g) Revisão das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas revisam e, se apropriado, ajustam as vidas úteis de seus ativos, no mínimo anualmente. A referida revisão foi efetuada por empresa especializada em conjunto com a adoção do custo atribuído (“*deemed cost*”).

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas dispõem de políticas e procedimentos para administrar, através da utilização de instrumentos financeiros, os riscos de mercado relacionados com variação cambial e volatilidade dos preços do açúcar no mercado internacional de *commodities*, inerentes a seus negócios. Tais políticas são acompanhadas pela Administração e referendadas pelo Conselho de Administração e incluem: (a) procedimentos de gerenciamento e monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (b) estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (c) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços.

Com base nessas políticas, os instrumentos financeiros derivativos são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol da Companhia e de suas controladas contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. As operações contratadas não ultrapassam os volumes e valores de vendas a entregar junto a clientes e têm por objetivo assegurar níveis mínimos de rentabilidade às vendas futuras. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou passivos financeiros.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas gerenciam ativamente as posições contratadas, a fim de permitir que sejam feitos ajustes nas posições firmadas em resposta às condições de mercado, operando nos mercados futuros e de opções da bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange (ICE Futures US)* e em mercado de balcão com sólidas instituições financeiras.

4.2 Risco cambial

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, de maneira mais relevante em relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras e ativos e passivos reconhecidos.

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas controladas pela Companhia administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da tesouraria da Companhia. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, as entidades controladas pela Companhia usam contratos a termo de moedas, NDFs e estratégia de opções. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger o maior volume possível dos fluxos de caixa previstos, principalmente relacionados às vendas de exportações.

4.2.1 Ativos e passivos expostos à variação cambial

O quadro abaixo resume os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira (dólares norte-americanos - US\$), consignados no balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2011:

	R\$	Milhares de US\$ equivalentes
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (bancos - depósitos à vista)	40.462	25.932
Contas a receber de clientes	24.377	15.623
Instrumentos financeiros derivativos	15.191	9.736
Total dos ativos	<u>80.030</u>	<u>51.291</u>
Passivos		
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	25.908	16.596
Instrumentos financeiros derivativos	15.467	9.908
Fornecedores	11	7
Outros passivos	3.581	2.294
Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	252.395	161.678
Outros passivos	8.534	5.467
Total dos passivos	<u>305.896</u>	<u>195.950</u>
Exposição líquida passiva	<u>385.926</u>	<u>247.241</u>

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Referidos ativos e passivos foram atualizados e registrados nas informações trimestrais de 30 de junho de 2011 à taxa de câmbio em vigor naquela data, sendo R\$ 1,5603 por US\$ 1,00 para os ativos e R\$ 1,5611 por US\$ 1,00 para os passivos.

Os saldos de empréstimos e financiamentos referem-se substancialmente a empréstimos na modalidade de Pré-Pagamento de Exportação, com vencimentos nos meses de agosto de 2011 a junho de 2015, que estão vinculados à exportação de produtos.

Tendo em vista que a liquidação dos contratos mencionados acima se dará através de exportações de produtos, a Administração da Companhia entende que estas operações possuem *hedge* natural e que, portanto, as variações cambiais produzirão efeitos temporais nas demonstrações dos resultados, sem efeito equivalente no fluxo de caixa das empresas.

4.3 Risco de volatilidade no preço de *commodities*

A Companhia está exposta ao risco de mudanças no preço de *commodities* em razão dos produtos fabricados como açúcar e etanol.

Em 30 de junho de 2011, 257.108 toneladas de açúcar estavam precificadas através de contratos de venda para entregas futuras previstas entre outubro de 2011 e março de 2012, com fixação em um preço médio de 23,88 ¢/lb (centavos de dólar norte-americano por libra peso) junto à bolsa de Nova Iorque - ICE *Futures US*.

4.4 Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia e suas controladas seguem a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas, conforme definido na política da Companhia. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira a Companhia entende que os juros reagem aos movimentos da economia, de forma que, quando apresentam aumento, de maneira geral a economia está aquecida, permitindo que a Companhia pratique preços de venda acima da média histórica.

4.5 Risco de crédito

A gestão de risco de crédito ocorre através de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia e de suas controladas, por meio da Política de Gestão de Riscos de Contraparte. A Companhia controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, com critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira.

Com relação ao risco de crédito de clientes a Companhia avalia anualmente o risco de crédito associado a cada um deles, e também sempre que há a inclusão de um novo cliente, atribuindo um limite individual de crédito em função do risco identificado.

4.6 Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada para a Companhia e suas controladas e agregada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 30 de junho de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham aplicações financeiras representadas substancialmente por operações compromissadas lastreadas por títulos públicos e por fundos de renda fixa, indexados a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com características de alta liquidez e circulação no mercado, que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2011				
Empréstimos e financiamentos	92.771	124.509	274.683	25.284
Instrumentos financeiros derivativos	15.467			
Fornecedores	96.073			
Outros passivos	15.278	6.664	2.845	
Em 31 de março de 2011				
Empréstimos e financiamentos	80.291	72.062	243.015	20.713
Instrumentos financeiros derivativos	25.910			
Fornecedores	46.642			
Partes relacionadas	33			
Outros passivos	21.398	4.845	5.566	
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 30 de junho de 2011				
Empréstimos e financiamentos	153.826	187.354	424.946	53.982
Instrumentos financeiros derivativos	15.467			
Fornecedores	104.130			
Partes relacionadas	1.594			
Outros passivos	15.024	6.725	2.845	
Em 31 de março de 2011				
Empréstimos e financiamentos	140.982	130.467	371.715	68.529
Instrumentos financeiros derivativos	25.910			
Fornecedores	61.096			
Partes relacionadas	705			
Outros passivos	21.137	4.598	5.873	

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.7 Análise de sensibilidade

Em conformidade com a Instrução CVM nº 475, a Companhia demonstra no quadro a seguir, uma análise de sensibilidade sobre os efeitos de variação do valor justo dos instrumentos financeiros relativos à precificação e proteção de risco cambial e de outros ativos e passivos financeiros denominados em moeda estrangeira em 30 de junho de 2011, que são considerados pela Administração como o risco mais relevante a que a Companhia está exposta. Esta análise considera as expectativas da Administração com relação ao cenário futuro projetado.

Controladora:		Cenário provável		Cenários possíveis	
Operação	Risco	Taxa/preço médios	Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Caixa e bancos	Queda do US\$	1,55	(288)	(10.331)	(20.375)
Contas a receber	Queda do US\$	1,55	(173)	(6.224)	(12.275)
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	1,58	(3.514)	(63.395)	(123.276)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	Alta do US\$	1,55	22.482	(46.664)	(115.809)
Contas a pagar	Alta do US\$	1,58	(144)	(3.024)	(5.905)
Contratos a termo de açúcar - NDF	Aumento no preço da commodity	30,72	(4.874)	(13.401)	(21.928)
Venda mercado futuro - Etanol	Aumento no preço da commodity	1.224,38	(507)	(4.841)	(9.176)
Compra mercado futuro - Açúcar	Queda no preço da commodity	21,13	777	(580)	(97)
Venda mercado futuro - Açúcar	Aumento no preço da commodity	23,35	(8.331)	(23.634)	(38.936)
Venda de "call" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	25,21	(6.315)	(9.285)	(12.255)
Venda de "put" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	20,00	26	24	23
Compra de "put" - Açúcar	Queda no preço da commodity	22,44	(1.050)	(1.165)	(1.280)

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado		Cenário provável		Cenários possíveis	
Operação	Risco	Taxa/preço médios	Impacto no resultado contábil e fluxo de caixa	Deterioração de 25%	Deterioração de 50%
Caixa e bancos	Queda do US\$	1,55	(288)	(10.331)	(20.375)
Contas a receber	Queda do US\$	1,55	(173)	(6.224)	(12.275)
Empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo	Alta do US\$	1,59	(5.062)	(75.903)	(146.744)
Contratos a termo de moeda estrangeira - NDF	Alta do US\$	1,55	22.482	(46.664)	(115.809)
Contas a pagar	Alta do US\$	1,58	(144)	(3.024)	(5.905)
Contratos a termo de açúcar - NDF	Aumento no preço da commodity	30,72	(4.874)	(13.401)	(21.928)
Venda mercado futuro - Etanol	Aumento no preço da commodity	1.224,38	(507)	(4.841)	(9.176)
Compra mercado futuro - Açúcar	Queda no preço da commodity	21,13	777	(580)	(97)
Venda mercado futuro - Açúcar	Aumento no preço da commodity	23,35	(8.331)	(23.634)	(38.936)
Venda de "call" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	25,21	(6.315)	(9.285)	(12.255)
Venda de "put" - Açúcar	Aumento no preço da commodity	20,00	26	24	23
Compra de "put" - Açúcar	Queda no preço da commodity	22,44	(1.050)	(1.165)	(1.280)

4.8 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice correspondente à dívida líquida dividida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O EBITDA considerado é o acumulado dos últimos doze meses.

A Companhia considera ideal um indicador de até 3,5, ou seja, que a dívida líquida corresponda a 3,5 vezes o EBITDA. É aceitável que em períodos de baixo preço, dada a ciclicidade natural do setor, que este indicador atinja valores superiores. Porém, em caso de persistência do indicador em níveis elevados, as ações citadas acima, bem como outras, poderão ser colocadas em prática.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O referido índice é calculado e divulgado trimestralmente no relatório de desempenho (*release*) da Companhia.

4.9 Apuração do valor justo

A determinação do valor justo (*“fair value”*) dos instrumentos financeiros contratados pela Companhia e suas controladas é efetuada com base em informações obtidas junto às instituições financeiras e preço cotado em mercado ativo, utilizando metodologia usual padrão de apreamento no mercado, que compreende avaliação do valor nominal até a data do vencimento e desconto a valor presente às taxas de mercado futuro. A utilização de diferentes hipóteses pode divergir dos montantes estimados de valor justo ora apresentados com os valores realizados, tendo em vista a necessidade de parcela considerável de julgamento de interpretação das informações de mercado.

O valor justo dos futuros negociados na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange* (ICE Futures US) é calculado pela diferença entre o preço contratual do derivativo e o preço de fechamento de mercado na data-base, obtido de cotação em mercado ativo, e conciliado com os saldos credores ou devedores junto às corretoras. O valor justo das opções negociadas na ICE é obtido da cotação em mercado.

O valor justo das opções de câmbio é obtido utilizando o método de *“Black & Scholes”*, utilizando dados públicos de mercado, especificamente a curvas de juros DI e DDI e de dólar futuro publicadas pela BM&F.

O valor justo dos contratos a termo, tanto de câmbio quanto de açúcar, contratados no mercado balcão junto a bancos de primeira linha, é calculado por métodos de desconto de fluxo de caixa futuro, os quais são baseados em dados de mercado na data de cada efetivação, especificamente as curvas de juros DI e DDI publicadas pela BM&F, a PTAX publicada pelo Banco Central do Brasil, e os preços de futuros de açúcar na bolsa ICE.

A Companhia e suas controladas avaliam, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*).

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, títulos a receber, contas a pagar aos fornecedores e títulos a pagar, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) ou ajuste a valor presente, quando aplicável, estejam próximos de seus correspondentes valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia e suas controladas para instrumentos financeiros similares.

A Companhia e suas controladas aplicam o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); e
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3).

Notas Explicativas**São Martinho S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		
Conforme balanço patrimonial	Nível 1	Nível 2	Total
Em 30 de junho de 2011			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol	6		6
Opções de dolar		1.018	1.018
Contratos a termo - câmbio		13.032	13.032
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	(4.564)		(4.564)
Opções de açúcar	(4.090)		(4.090)
Contratos a termo - açúcar		(6.813)	(6.813)
Em 31 de março de 2011			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol	14		14
Opções de açúcar	129		129
Opções de dolar		221	221
Contratos a termo - câmbio		3.894	3.894
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	(2.634)		(2.634)
Contratos a termo - açúcar		(23.276)	(23.276)

Notas Explicativas**São Martinho S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Conforme balanço patrimonial	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Total
Em 30 de junho de 2011			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol	6		6
Opções de dolar		1.018	1.018
Contratos a termo - câmbio		13.032	13.032
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	(4.564)		(4.564)
Opções de açúcar	(4.090)		(4.090)
Contratos a termo - açúcar		(6.813)	(6.813)
Em 31 de março de 2011			
Ativo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de etanol	14		14
Opções de açúcar	129		129
Opções de dolar		221	221
Contratos a termo - câmbio		3.894	3.894
Passivo - Instrumentos financeiros derivativos			
Futuros de açúcar	(2.634)		(2.634)
Contratos a termo - açúcar		(23.276)	(23.276)

Notas Explicativas

São Martinho S.A.
**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Controladora				
Ativos conforme balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Total
Em 30 junho de 2011				
Caixa e equivalentes de caixa	43.037	199.167		242.204
Contas a receber de clientes	47.340			47.340
Instrumentos financeiros derivativos	1.135		14.056	15.191
Depósitos judiciais	31.907			31.907
Outros ativos	20.288			20.288
Em 31 março de 2011				
Caixa e equivalentes de caixa	18.791	97.670		116.461
Contas a receber de clientes	50.439			50.439
Instrumentos financeiros derivativos	1.709		4.258	5.967
Partes relacionadas	4.833			4.833
Depósitos judiciais	30.564			30.564
Outros ativos	10.577			10.577
Controladora				
Passivos conforme balanço patrimonial	Passivos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Outros passivos financeiros	Total
Em 30 junho de 2011				
Empréstimos e financiamentos	73.322		443.925	517.247
Instrumentos financeiros derivativos		15.467		15.467
Fornecedores			96.073	96.073
Outros passivos			24.787	24.787
Em 31 março de 2011				
Empréstimos e financiamentos	76.156		339.925	416.081
Instrumentos financeiros derivativos		25.910		25.910
Fornecedores			46.642	46.642
Partes relacionadas			33	33
Outros passivos			31.809	31.809

Notas Explicativas**São Martinho S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado				
Ativos conforme balanço patrimonial	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Total
Em 30 junho de 2011				
Caixa e equivalentes de caixa	45.496	278.388		323.884
Contas a receber de clientes	55.309			55.309
Instrumentos financeiros derivativos	1.135		14.056	15.191
Depósitos judiciais	33.531			33.531
Outros ativos	24.556			24.556
Em 30 junho de 2010				
Caixa e equivalentes de caixa	20.937	204.130		225.067
Contas a receber de clientes	59.673			59.673
Instrumentos financeiros derivativos	1.709		4.258	5.967
Partes relacionadas	33			33
Depósitos judiciais	32.367			32.367
Outros ativos	12.793			12.793

Consolidado				
Passivos conforme balanço patrimonial	Passivos mensurados a valor justo por meio de resultado	Derivativos utilizados para hedge	Outros passivos financeiros	Total
Em 30 junho de 2011				
Empréstimos e financiamentos	73.410		746.698	820.108
Instrumentos financeiros derivativos		15.467		15.467
Fornecedores			104.130	104.130
Partes relacionadas			1.594	1.594
Outros passivos			24.594	24.594
Em 30 junho de 2010				
Empréstimos e financiamentos	76.367		635.326	711.693
Instrumentos financeiros derivativos		25.910		25.910
Fornecedores			61.096	61.096
Partes relacionadas			705	705
Outros passivos			31.608	31.608

Notas Explicativas

São Martinho S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

		Controladora	
		30 de junho de 2011	31 de março de 2011
Rendimentos		de 2011	2011
Caixa e bancos		43.037	18.791
Aplicações financeiras			
. LCA	40% da variação do CDI - taxa média ponderada		3.008
. CDB	100,71% (março - 100,71%) da variação do CDI - taxa média ponderada	72.725	17.103
. Debêntures compromissadas	100,95% (março - 100,95%) da variação do CDI - taxa média ponderada	<u>126.442</u>	<u>77.559</u>
		<u>242.204</u>	<u>116.461</u>
		Consolidado	
		30 de junho de 2011	31 de março de 2011
Rendimentos		de 2011	2011
Caixa e bancos		45.496	20.937
Aplicações financeiras			
. LCA	40% da variação do CDI - taxa média ponderada		3.008
. CDB	100,66% (março - 100,75%) da variação do CDI - taxa média ponderada	91.764	82.494
. Debêntures compromissadas	101,28% (março - 101,02%) da variação do CDI - taxa média ponderada	183.696	115.780
. Conta remunerada <i>SWEEP</i>	Variação do dólar norte-americano + taxa variável de 1,45% a 2,25% a.a.		
. Fundos - LFT	100% da variação da SELIC	<u>2.928</u>	<u>2.848</u>
		<u>323.884</u>	<u>225.067</u>

O saldo de caixa e bancos compreende depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. Referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia e controladas. Em 30 de junho de 2011 o saldo de bancos da Companhia inclui valores depositados em moeda estrangeira equivalentes a US\$ 25.932 mil (controladora e consolidado). Adicionalmente, o aumento expressivo desse saldo no consolidado refere-se à liberação de financiamento ocorrida no trimestre.

Todas as aplicações financeiras podem ser resgatadas em até 30 (trinta) dias, sem perda de rendimentos.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de contas a receber de clientes está composto da seguinte forma:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de março de 2011</u>
Cientes mercado interno	22.963	36.303	30.932	44.111
Cientes mercado externo	<u>24.377</u>	<u>14.136</u>	<u>24.377</u>	<u>15.562</u>
	<u>47.340</u>	<u>50.439</u>	<u>55.309</u>	<u>59.673</u>

Para as posições em 30 de junho de 2011 e 31 de março de 2011, não foi identificada pela administração a necessidade de constituição de provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa.

Em 30 de junho de 2011, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 17.400 (R\$ 18.473 no consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes que não possuem histórico de inadimplência. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de março de 2011</u>
Vencidas e não provisionadas:				
Até 30 dias	17.162	14.593	17.018	16.027
de 31 a 60 dias	106		471	
acima de 61 dias	132	123	984	313
A vencer:				
Em até 30 dias	28.307	33.514	37.824	41.082
de 31 a 60 dias	1.229	2.185	2.532	2.185
após de 61 dias	<u>404</u>	<u>24</u>	<u>(3.520)</u>	<u>66</u>
	<u>47.340</u>	<u>50.439</u>	<u>55.309</u>	<u>59.673</u>

Os valores apresentados como vencidos são, substancialmente, relativos a processos de exportação, os quais são faturados à vista e, em média, levam 30 dias para a conclusão do processo de recebimento. O prazo médio de recebimento das contas a receber foi de 13 dias (16 dias no consolidado).

A exposição máxima ao risco de crédito na data dessas informações trimestrais é o valor contábil dos saldos de contas a receber.

Notas Explicativas**São Martinho S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**8 ESTOQUES**

	Controladora	
	30 de junho de 2011	31 de março de 2011
Produtos acabados e em elaboração	99.755	66.674
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	40.460	19.931
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	31.816	29.437
	<u>172.031</u>	<u>116.042</u>
	Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de março de 2011
Produtos acabados e em elaboração	118.332	80.510
Adiantamentos - compras de cana-de-açúcar	58.326	23.986
Insumos, materiais auxiliares, para manutenção e outros	39.830	38.510
Provisão para redução dos estoques a valor de realização	(96)	(3.900)
	<u>216.392</u>	<u>139.106</u>

Com o objetivo de garantir o cumprimento de parte das obrigações assumidas por ocasião do desligamento da Copersucar, ocorrido em 31 de março de 2008, a Companhia ofereceu em penhor à Copersucar 25.757 m³ de álcool anidro carburante.

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição dos saldos de tributos a recuperar é a seguinte:

	Controladora	
	30 de junho de 2011	31 de março de 2011
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	17.578	18.162
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	13.222	4.438
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	3.846	3.950
Outros	538	454
	<u>35.184</u>	<u>27.004</u>
Ativo circulante	(18.901)	(12.650)
Não circulante	<u>16.283</u>	<u>14.354</u>

Notas Explicativas**São Martinho S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de março de 2011
COFINS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	41.003	42.116
ICMS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	17.755	18.819
PIS, incluindo créditos sobre aquisições de imobilizado	8.977	9.236
Outros	<u>649</u>	<u>569</u>
	68.384	70.740
Ativo circulante	<u>(30.525)</u>	<u>(33.520)</u>
Não circulante (substancialmente de créditos sobre aquisições de imobilizado)	<u>37.859</u>	<u>37.220</u>

Os saldos de tributos a recuperar advêm das transações mercantis e de antecipações, ajustados a valor presente quando aplicável (créditos sobre aquisições de imobilizado).

Os créditos sobre aquisições de imobilizado são compensados de acordo com a legislação fiscal aplicável.

10 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Saldos da controladora e do consolidado:**

	Controladora		
	30 de junho de 2011	31 de março de 2011	
	Ativo não circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
De controladas e relacionadas:			
Vale do Mogi (anteriormente USM)		203	
Omtex		2.962	
UBV		80	33
USL	500	1.586	
Monte Sereno Agrícola Ltda.		2	
SME	<u>2.684</u>		
Sub-total	3.184	4.833	33
De acionistas, decorrentes de compras de cana-de-açúcar - Fornecedores			<u>877</u>
	<u>3.184</u>	<u>4.833</u>	<u>910</u>

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	30 de junho de 2011		31 de março de 2011	
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante
De controladas em conjunto e relacionadas:				
SMA		1.594		693
SMBJ			30	12
Monte Sereno Agrícola Ltda.			2	
USL			1	
Uniduto	<u>777</u>			
Sub-total	<u>777</u>	<u>1.594</u>	<u>33</u>	<u>705</u>
De acionistas, decorrentes de compras de cana-de-açúcar - Fornecedores				<u>4.541</u>
	<u>777</u>	<u>1.594</u>	<u>33</u>	<u>5.246</u>

Os saldos ativos mantidos com controladas em 30 de junho de 2011 referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital.

b) Transações da controladora no trimestre:

	30 de junho de 2011			
	Despesas financeiras e administrativas	Receitas de vendas	Despesas reembolsadas por controladas	Compras de produtos e serviços
Omttek		47		
UBV		52	1.313	40
USL			133	
Vale do Mogi Acionistas				13.319
- aluguel de imóveis	46			
- prestação de serviços	317			
- compras de cana-de-açúcar				<u>5.554</u>
	<u>363</u>	<u>99</u>	<u>1.446</u>	<u>18.913</u>

	30 de junho de 2010					
	Receitas financeiras	Despesas financeiras e administrativas	Receitas de vendas	Despesas rateadas por controlada	Despesas reembolsadas por controladas	Compras de produtos e serviços
USM			5	941	1.173	195
Omttek			1.716		26	12
UBV	11				511	
Acionistas						
- aluguel de imóveis		22				
- prestação de serviços		109				
- compras de cana-de-açúcar						<u>1.006</u>
	<u>11</u>	<u>131</u>	<u>1.721</u>	<u>941</u>	<u>1.710</u>	<u>1.213</u>

As transações com partes relacionadas referem-se a receitas e despesas relativas a encargos incidentes sobre contratos de mútuo, venda de melão, vapor, energia elétrica, compra e venda de insumos agrícolas e industriais e outros produtos, aluguéis de imóveis, prestação de serviços advocatícios e compras de cana-de-açúcar, as quais observam condições mercantis semelhantes às praticadas com terceiros.

Notas Explicativas**São Martinho S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As despesas rateadas por controlada referem-se a gastos incorridos pela USM até novembro de 2010, posteriormente pela Companhia, com o centro de serviços compartilhados. As despesas reembolsadas por controladas referem-se a gastos incorridos com o Conselho de Administração e o escritório corporativo. Os rateios estão suportados por contratos celebrados entre as partes.

c) Transações do consolidado no trimestre:

	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>30 de junho de 2010</u>
Acionistas		
- aluguel de imóveis	46	67
- prestação de serviços	338	383
- compras de cana-de-açúcar	<u>5.554</u>	<u>3.748</u>
	<u><u>5.938</u></u>	<u><u>4.198</u></u>

d) Remuneração do pessoal-chave da administração:

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>30 de junho de 2010</u>	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>30 de junho de 2010</u>
Ordenados e salários	414	133	522	133
Honorários e bônus	2.073	1.004	2.148	1.807
Contribuições previdenciárias e sociais	460	216	485	377
Plano de previdência privada	109	42	116	102
Programa de participação nos resultados	27	9	34	9
Outros	<u>45</u>	<u>10</u>	<u>47</u>	<u>23</u>
	<u><u>3.128</u></u>	<u><u>1.414</u></u>	<u><u>3.352</u></u>	<u><u>2.451</u></u>

Notas Explicativas

São Martinho S.A.
**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
11 OUTROS ATIVOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de março de 2011</u>
Despesas antecipadas	3.377	2.191	4.300	2.767
Adiantamentos diversos	10.120	2.234	11.939	2.333
Outros investimentos	6.105	5.347	6.167	5.418
Outros créditos	686	805	2.150	2.275
	20.288	10.577	24.556	12.793
Ativo circulante	<u>(14.073)</u>	<u>(4.958)</u>	<u>(16.870)</u>	<u>(5.692)</u>
Ativo não circulante	<u>6.215</u>	<u>5.619</u>	<u>7.686</u>	<u>7.101</u>

12 INVESTIMENTOS

O saldo de investimentos da controladora em sociedades controladas e controladas em conjunto é composto como segue:

12.1 Sociedades controladas e controladas em conjunto

	<u>30 de junho de 2011</u>						
	<u>Vale do Mogi</u>	<u>Omtex</u>	<u>SME</u>	<u>NF</u>	<u>SMA</u>	<u>USL</u>	<u>Total</u>
Em Sociedades controladas:							
Ações/quotas possuídas (milhares)	23.500		1.000	426.635	50	11.898	
Percentual de participação	100,00%		100,00%	62,89%	50,00%	41,67%	
Capital social	59.540		1.000	684.870	100	3.541	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	770.796		(1)	621.493	(93)	(12.186)	
Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	8.364		(2)	(2.359)	(136)	(1.259)	
Movimentação dos investimentos:							
Saldos em 31 de março de 2011	762.432	24.614		392.344	21		1.179.411
Integralização e aumento de capital			1			1.583	1.584
Incorporação de acervo líquido cindido - Nota 1.7		(23.652)					(23.652)
Resultado de equivalência patrimonial	8.364	(962)	(2)	(1.485)	(68)	(519)	5.328
Reclassificação para o passivo circulante referente a investimento com Passivo a descoberto			1		47	(1.064)	(1.016)
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>770.796</u>			<u>390.859</u>			<u>1.161.655</u>

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30 de junho de 2010			
	USM	UBV	Omttek	Total
Em Sociedades controladas:				
Ações/quotas possuídas (milhares)	23.500	125.620	13.925	
Percentual de participação	100,00%	26,71%	100,00%	
Capital social	60.000	470.288	27.971	
Patrimônio líquido	1.274.107	360.491	18.914	
Lucro líquido (prejuízo) do trimestre	10.829	(8.559)	8	
Movimentação dos investimentos:				
Saldos em 31 de março de 2010	1.263.806	89.061	18.906	1.371.773
Aumento de capital		8.377		8.377
Ganho (perda) de reserva de reavaliação reflexa, por aumento (diminuição) de participação	46	(46)		
Perda reflexa sobre Ajustes de avaliação patrimonial	624	(23)		601
Ganho (perda) de capital por diminuição de participação nos resultados acumulados até 31 de março de 2010	(1.198)	1.198		
Resultado de equivalência patrimonial	10.829	(2.277)	8	8.560
Saldos em 30 de junho de 2010	1.274.107	96.290	18.914	1.389.311

Não existem participações recíprocas entre a controladora e as controladas diretas e indiretas.

12.2 Ágio, cisão e incorporação da Etanol Participações S.A. ("EP")

Em 12 de abril de 2007, a EP adquiriu participação no capital social da USL e da Agropecuária Aquidaban S.A. ("AA"), pelos montantes de R\$ 184.080 e R\$ 61.360, respectivamente, registrando um ágio total no montante de R\$ 210.117, sendo R\$ 154.013 referentes à aquisição da USL e R\$ 56.104 referentes à aquisição da AA, com base nas demonstrações financeiras daquelas empresas levantadas em 31 de março de 2007.

Em 10 de dezembro de 2007, os acionistas da EP comunicaram ao mercado o encerramento das atividades operacionais da USL e AA. Na sequência das deliberações acima, em 21 de dezembro de 2007 os acionistas da EP deliberaram pela cisão total de seus ativos e passivos, os quais foram vertidos para a USL e AA. As participações societárias da EP nos patrimônios da USL e AA foram extintas, e as ações anteriormente detidas pela EP na USL e AA foram atribuídas a seus acionistas.

Em função destas decisões, a distribuição do ágio pago pela EP na aquisição destas controladas entre mais-valia de ativos e rentabilidade futura foi revista e as determinações das Instruções CVM nº. 319, de 3 de dezembro de 1999, e nº 349, de 6 de março de 2001, foram aplicadas no processo de consolidação da controlada USM.

Esta revisão teve como base laudo de avaliação do valor econômico do investimento preparado por peritos independentes considerando a absorção das operações destas controladas pelas acionistas controladoras e a venda de parte significativa de seus ativos imobilizados. Os ativos imobilizados disponibilizados para venda passaram a ser classificados no balanço patrimonial consolidado em rubrica específica no ativo não circulante, compreendendo o custo histórico contábil adicionado do ágio a eles atribuído, os quais somados compõem o valor esperado de realização destes ativos, conforme determinado em laudo de avaliação emitido por peritos independentes. Os ativos imobilizados que não serão vendidos permanecem classificados em rubrica própria, pelo custo histórico de aquisição somado do ágio respectivo. O ágio remanescente foi classificado como rentabilidade futura, líquido do benefício fiscal respectivo e, encontra respaldo em avaliação econômica do investimento segundo a nova premissa operacional estabelecida em dezembro de 2007.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Até 31 de março de 2009, a parcela do ágio relativa à rentabilidade futura estava sendo amortizada em período não superior a 10 (dez) anos, de acordo com a expectativa de retorno do investimento prevista no laudo de avaliação econômica segundo a configuração operacional do investimento. Conforme determinado pelo CPC 01 e pela deliberação CVM 565/08, o ágio decorrente de expectativa de rentabilidade futura deixou de ser sistematicamente amortizado a partir do exercício social iniciado em 1º de abril de 2009 e passou a ser analisado periodicamente quanto à capacidade de recuperação. As análises efetuadas não indicaram a necessidade de constituição de provisão para perdas.

O ágio atribuído aos ativos destinados à venda será amortizado quando da realização de tais ativos. O benefício fiscal oriundo do ágio referente à rentabilidade futura é amortizado conforme sua efetiva utilização nas apurações fiscais.

Após os eventos mencionados acima e as movimentações de amortização e baixa em decorrência dos bens vendidos, a distribuição do ágio no consolidado é como segue:

	Ágio	Amortizações/ baixas acumuladas	Saldo líquido em:	
			30 de junho de 2011	31 de março de 2011
Rentabilidade futura - Intangível	39.688	(5.673)	34.015	34.015
Mais-valia de ativos destinados à venda	27.415	(27.369)	46	53
Benefício fiscal relativo à parcela da rentabilidade futura - Impostos diferidos	20.446	(14.204)	6.242	9.508
	<u>87.549</u>	<u>(47.246)</u>	<u>40.303</u>	<u>43.576</u>

13 ATIVOS BIOLÓGICOS

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e a UBV possuem lavouras de cana-de-açúcar, cultivadas nos Estados de São Paulo e Goiás, que utilizam como matéria-prima em seus processos industriais. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (“soqueira”) continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total de cinco ou seis safras.

As terras próprias em que as lavouras estão plantadas são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo:

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando basicamente:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável), e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do álcool; e
- Saídas de caixa representadas pela estimativa de (i) custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; (ii) custos com a colheita/Corte, Carregamento e Transporte - CCT; (iii) custo de capital (terras e máquinas e equipamentos); (iv) custos de arrendamento e parceria agrícola; e (v) impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

Notas Explicativas**São Martinho S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As seguintes principais premissas foram utilizadas na determinação do referido valor justo:

	Consolidado	
	30/6/2011	31/3/2011
Área total estimada de colheita (ha)	109.053	109.053
Produtividade prevista (ton/ha)	79,99	84,64
Quantidade de ATR por Ton. de cana-de-açúcar (kg)	136,60	137,47
Preço médio projetado de ATR (R\$)	0,4315	0,4323

Com base na estimativa de receitas e custos, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e trás os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo são registradas na rubrica de ativos biológicos e tem como contrapartida a sub-conta “Variação no valor justo dos ativos biológicos”, na rubrica “Custo dos produtos vendidos” no resultado do período.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da administração na data das informações financeiras e são revisados trimestralmente e, se necessário, ajustados.

A movimentação do valor justo dos ativos biológicos durante o trimestre é a seguinte:

	30 de junho de 2011	
	Controladora	Consolidado
Ativos biológicos no início do trimestre	342.152	435.532
Aumentos decorrentes de plantio e tratos	40.900	62.606
Variação no valor justo	(7.999)	(8.015)
Reduções decorrentes da colheita	(37.108)	(45.057)
Ativos biológicos no final do trimestre	<u>337.945</u>	<u>445.066</u>

(a) Compromissos com arrendamento mercantil operacional e compra futura de cana-de-açúcar.

A Companhia e suas controladas firmaram contratos de arrendamentos mercantis e de aquisição de cana-de-açúcar produzida em propriedades rurais de terceiros (inclusive sob regime de parceria agrícola), por meio de contratos plurianuais. Os termos dos contratos de arrendamento e de compra de cana-de-açúcar têm vigência de seis a doze anos, a maioria é renovável no término do período.

Notas Explicativas**São Martinho S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores a serem desembolsados em função destas operações serão determinados a cada encerramento de safra pelo preço da tonelada de cana-de-açúcar estabelecido pelo modelo definido pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo - CONSECANA. Em 30 de junho de 2011, os pagamentos totais estimados de arrendamentos e contratos de compra, são estimados como segue:

	Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de março de 2011
Menos de um ano	61.488	92.233
Mais de um ano e menos de cinco anos	273.905	273.905
Mais de cinco anos	121.136	121.136
	456.529	487.274

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 IMOBILIZADO

	Controladora							
	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implem. agrícolas	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de março 2011	604.410	64.723	436.818	41.123	109.746	8.224	63.139	1.328.183
Custo total	604.410	89.723	691.278	80.820	169.218	32.495	63.139	1.731.083
Depreciação acumulada		(25.000)	(254.460)	(39.697)	(59.472)	(24.271)		(402.900)
Valor residual	604.410	64.723	436.818	41.123	109.746	8.224	63.139	1.328.183
Saldos em 31 de março 2011	604.410	64.723	436.818	41.123	109.746	8.224	63.139	1.328.183
Aquisição			11.006		7	745	26.900	38.658
Alienação (residual)			(38)	(61)	(345)	(6)		(450)
Transferências entre contas			3.050	2.183	4.793	26	(10.052)	
Acervo incorporado da OMTEK	1.260	1.543	6.325			70		9.198
Depreciação		(709)	(34.455)	(2.682)	(3.942)	(400)		(42.188)
Saldos em 30 de junho 2011	605.670	65.557	422.706	40.563	110.259	8.659	79.987	1.333.401
Custo total	605.670	70.616	471.247	44.046	116.313	33.503	79.987	1.421.382
Depreciação acumulada		(5.059)	(48.541)	(3.483)	(6.054)	(24.844)		(87.981)
Valor residual	605.670	65.557	422.706	40.563	110.259	8.659	79.987	1.333.401
Valor residual de:								
Custo histórico	21.154	19.257	158.621	32.810	57.762	8.659	79.987	378.250
Mais-valia	584.516	46.300	264.085	7.753	52.497			955.151
	605.670	65.557	422.706	40.563	110.259	8.659	79.987	1.333.401
Taxas médias de depreciação		4,67%	9,07%	23,13%	12,80%	11,72%		

	Consolidado								
	Terras	Edifícios e dependências	Equipamentos e instalações Industriais	Veículos	Máquinas e implem. agrícolas	Benefícios em imóveis de 3ºs	Outras imobilizações	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de março 2011	1.732.306	162.291	630.459	63.054	141.105	20.926	11.246	103.374	2.864.761
Custo total	1.732.306	195.298	907.636	107.488	212.383	27.911	36.618	103.374	3.323.014
Depreciação acumulada		(33.007)	(277.177)	(44.434)	(71.278)	(6.985)	(25.372)		(458.253)
Valor residual	1.732.306	162.291	630.459	63.054	141.105	20.926	11.246	103.374	2.864.761
Saldos em 31 de março 2011	1.732.306	162.291	630.459	63.054	141.105	20.926	11.246	103.374	2.864.761
Aquisição			13.787		7		802	33.856	48.452
Alienação (residual)			(71)	(188)	(345)		(6)		(610)
Transferências entre contas		58	3.207	2.188	5.688		38	(11.179)	
Depreciação		(1.478)	(41.916)	(3.248)	(5.162)	(1.812)	(495)		(54.111)
Saldos em 30 de junho 2011	1.732.306	160.871	605.466	61.806	141.293	19.114	11.585	126.051	2.858.492
Custo total	1.732.306	178.201	679.106	70.518	160.357	27.911	37.450	126.051	3.011.900
Depreciação acumulada		(17.330)	(73.640)	(8.712)	(19.064)	(8.797)	(25.865)		(153.408)
Valor residual	1.732.306	160.871	605.466	61.806	141.293	19.114	11.585	126.051	2.858.492
Valor residual de:									
Custo histórico	116.536	107.372	341.381	53.966	88.644	19.114	11.585	126.051	864.649
Mais-valia	1.615.770	53.499	264.085	7.840	52.649				1.993.843
	1.732.306	160.871	605.466	61.806	141.293	19.114	11.585	126.051	2.858.492
Taxas médias de depreciação		3,83%	7,85%	16,78%	11,39%	20,00%	12,46%		

Em 31 de março de 2011, o saldo de obras em andamento da controladora refere-se à adequação do parque industrial de suas duas unidades industriais para o aumento na produção de açúcar e álcool e outras melhorias. No consolidado, o saldo de obras em andamento compreende também melhorias da unidade industrial da UBV referente à ampliação e melhorias do parque industrial para produção de álcool e geração de energia elétrica.

Em função de alguns empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas controladas, bens do ativo imobilizado, no montante consolidado de R\$ 630.103 em 30 de junho de 2011, encontram-se gravados em garantia dos credores. Estes itens são representados, em sua grande maioria, por equipamentos e instalações industriais e máquinas e implementos agrícolas. Adicionalmente, o montante de R\$ 1.012.918 referente a terras, foi oferecido em garantia de créditos rurais securitizados registrados no passivo circulante e exigível a longo prazo.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2011, 6.136 ha. de terras da Companhia estavam dadas em garantias para operações da UBV.

Os gastos com manutenção no período de entressafra são alocados ao imobilizado e depreciados integralmente na safra seguinte.

Nos trimestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, a Companhia e suas controladas capitalizaram encargos financeiros nos montantes de R\$ 1.272 e R\$ 3.272, respectivamente.

(a) Custo atribuído (*Deemed cost*)

Conforme facultado pela Interpretação Técnica - ICPC 10, a Companhia e determinadas controladas optaram pela adoção do custo atribuído (*deemed cost*) na aplicação das novas práticas contábeis (IFRS / CPCs).

As reavaliações efetuadas pelas empresas em 2007 foram mantidas de acordo com o facultado pela Lei 11.638. A reavaliação anteriormente registrada foi considerada como parte do novo custo em 1º de abril de 2009 e, por este motivo, a reserva de reavaliação existente naquela data foi reclassificada para a rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial - *Deemed cost*".

Em 30 de junho de 2011, o total de mais valia residual no ativo imobilizado (proveniente de reavaliações anteriores e atualizadas pelo *deemed cost*), líquido das correspondentes depreciações e baixas, bem como as taxas médias revisadas de depreciação, por grupo/natureza de bens, estão apresentadas no quadro acima.

15 INTANGÍVEL

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de março de 2011	30 de junho de 2011	31 de março de 2011
Ágio rentabilidade futura	38.826	38.826	38.826	38.826
Amortização acumulada	(4.811)	(4.811)	(4.811)	(4.811)
Software	5.183	5.148	6.858	6.858
Amortização acumulada	(3.461)	(3.317)	(4.326)	(4.147)
	<u>35.737</u>	<u>35.846</u>	<u>36.547</u>	<u>36.726</u>

O ágio relativo à rentabilidade futura oriundo do acervo líquido cindido da USL, presentemente incorporado na Companhia, deixou de ser amortizado a partir do exercício social que se iniciou em 1º de abril de 2009, conforme mencionado na Nota 12.2.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento	Controladora	
				30 de junho de 2011	31 de março de 2011
Em moeda nacional:					
Créditos rurais securitizados	IGP-M + juros médios ponderados de 4,59% a.a., pagos anualmente	(a)	Parcelas anuais com vencos. entre Set/2018 e Jul/2020	73.322	76.154
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 11,25% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(b)	Parcela única com vencos. entre Jul/2011 e Out/11	6.696	11.721
Crédito rural	Juros pré-fixados de 6,75% a.a. pagos no vencimento final do contrato	(b)	Parcelas mensais com vencimentos em Ago/11, Out/11 e Dez/11	16.161	3.469
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 2,71% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencos entre Jul/2011 e Abr/2015	28.507	33.415
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 5,15% a.a. pagos mensalmente	(d)	Parcelas mensais com vencos entre Jul/2011 e Ago/2015	41.340	40.266
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3% a.a. pagos anualmente	(e)	Parcelas anuais com vencto. final em Out/2025	71	71
Capital de giro	Varição de 99% do CDI OVER CETIP pagos nos vencimentos finais dos contratos	(g)	Parcelas únicas com vencos em Mai/12, Mai/13 e Mai/14	101.031	
Leasing	Taxa pré-fixada de 7,51% a.a. pagos mensalmente.	(f)	Parcelas mensais com vencos entre Jul/11 e Abr/13	409	460
FINEM DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 3,71% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencos entre Jul/11 e Abr/23	3.806	
FINEM DIRETO	Taxa pré-fixada de 5,50% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencos entre Jul/11 e Abr/21	9.895	
Em moeda estrangeira:					
ACC	Taxa pré-fixada de 2,20% a.a. + Variação do dólar americano pagos nos vencimentos finais dos contratos	(l)	Parcela única com vencimento final em Abr/2011		4.983
PPE	Libor de 6 meses + 2% fixo = 2,4390% a.a. + Correção do dolar americano pagos no vencimento final do contrato	(h)	Parcelas semestrais com vencto final entre Ago/11 e Jun/15	235.427	245.527
Finame / BNDES Automático	Cesta de moedas (Dólar, Euro e Iene) + taxa média ponderada fixa de 6,8752% a.a. pagos mensalmente	(k)	Parcelas mensais com vencos entre Ju/11 e Mar/12	11	15
FINEM DIRETO	Cesta de moedas (Dólar, Euro e Iene) + taxa média ponderada fixa de 6,9752% a.a. pagos mensalmente	(c)	Parcelas mensais com vencos entre Jul/11 e Abr/23		
				572	
Total				517.247	416.081
Passivo circulante				(92.771)	(80.291)
Não circulante				424.476	335.790

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Modalidade	Encargos	Garantias	Vencimento	Consolidado	
				30 de junho de 2011	31 de março de 2011
Em moeda nacional:					
Créditos rurais securitizados	IGP-M + juros médios ponderados de 4,61% a.a., pagos anualmente	(a)	Parcelas anuais com vencimentos entre Set/2018 e Jul/2020	73.510	76.367
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 11,25% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(b)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jul/11 e Jan/12	14.065	22.252
Crédito rural	Juros médios ponderados pré-fixados de 6,75% a.a. pagos nos vencimentos finais dos contratos	(m)	Parcelas mensais com vencimentos em Ago/11, Out/11 e Dez/11	16.161	3.469
Finame / BNDES Automático	TJLP trimestral + juros médios ponderados de 2,92% a.a. pagos mensalmente	(c) e (i)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jul/11 e Abr/15	36.395	42.174
FINEM - DIRETO	TJLP trimestral + Juros médios ponderados de 2,23% a.a. pagos mensalmente	(c) e (i)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jul/11 e Abr/23	191.002	184.828
FINEM - DIRETO	Taxa pré-fixada de 4,72% a.a. pagos mensalmente	(c) e (i)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jul/11 e Abr/21	60.853	38.819
Finame / BNDES Automático	Taxa média ponderada pré-fixada de 5,31% a.a. paga mensalmente	(d) e (j)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jul/11 e Out/15	42.360	41.588
Finame (FCO)	Taxa média ponderada pré-fixada de 11,5% a.a. paga mensalmente	(j)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jul/11 e Nov/19	5.926	6.104
Outros créditos securitizados	Juros pré-fixados de 3% a.a. pagos anualmente	(e)	Parcelas anuais com vencimento final em Out/2025	71	71
Capital de giro	Variação de 99% do CDI OVER CETIP pagos nos vencimentos finais dos contratos	(g)	Parcelas únicas com vencimentos em Mai/12, Mai/13 e Mai/14	101.031	
Leasing	Taxa média ponderada pré-fixada de 7,49% a.a. pagos mensalmente	(f)	Parcelas mensais com vencimento final entre Jul/11 e Mai/13	431	484
Em moeda estrangeira:					
Finame / BNDES Automático	Cesta de moedas (Dólar, Euro e Iene) + taxa média ponderada fixa de 6,8752% a.a. pagos mensalmente	(k)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jul/11 e Mar/12	11	15
FINEM - DIRETO	Cesta de moedas (Dólar, Euro e Iene) + taxa média ponderada fixa de 6,33% a.a. pagos mensalmente	(c) e (k)	Parcelas mensais com vencimentos entre Jul/11 e Abr/23	42.865	45.012
ACC	Juros médios ponderados de 2,2% a.a. + variação do dólar americano, pagos nos vencimentos	(l)	Parcela única com vencimento final em Abr/2011		4.983
PPE	Libor de 6 meses + 2% fixo = 2,4390% a.a. + Correção do dólar americano pagos no vencimento final do contrato	(h)	Parcelas semestrais com vencimento final entre Ago/11 e Jun/15	235.427	245.527
Total				820.108	711.693
Passivo circulante				(153.826)	(140.982)
Não circulante				666.282	570.711

Notas Explicativas**São Martinho S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2011, todos os empréstimos e financiamentos eram garantidos por avais de acionistas e pelas seguintes garantias adicionais (referência aos quadros acima):

Descrição das garantias oferecidas na contratação de empréstimos e financiamentos em 30 de junho de 2011	Valor contábil ou contratual
(a) Hipoteca - 15.276,09 ha. de terras	531.807
(b) Nota promissória	48.113
(c) Alienação fiduciária de equipamentos industriais	23.526
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	63.915
Nota promissória	31.112
(d) Alienação fiduciária de equipamentos industriais	31.761
Alienação fiduciária de equipamentos agrícolas	38.665
Nota promissória	
(e) Hipoteca - 78,53 ha. de terras	4.779
(f) Nota promissória	178
(g) Nota promissória	100.000
(h) <i>Covenantes</i> Financeiros consolidados: manutenção de percentual mínimo do principal com fluxo projetado de recebíveis e ratio mínimo entre a dívida líquida e o EBITDA. Em 30 de junho e em 31 de março de 2011, a Companhia estava adimplente com todas as cláusulas restritivas em contratos de financiamentos	
(i) Hipoteca de 11.712 ha.	399.269
Alienação fiduciária de equipamentos industriais	304.535
Alienação fiduciária de equipamentos agrícola	17.747
Alienação fiduciária de equipamentos sócio-ambiental	
Nota promissória	7.105
(j) Hipoteca de 199,2025 ha.	6.158
Alienação fiduciária de equipamentos industriais	141.313
Alienação fiduciária de equipamentos agrícola	3.771
Nota promissória	3.313
(k) Hipoteca de 2.080 ha.	70.905
Alienação fiduciária de equipamentos industriais	4.871
Alienação fiduciária de equipamentos agrícola	
Nota promissória	
(l) Nota promissória	
(m) Aval da Companhia	

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As áreas de terras oferecidas em garantia de empréstimos e financiamentos referem-se a áreas de plantio de cana-de-açúcar.

Os saldos de empréstimos e financiamentos no longo prazo têm a seguinte composição de vencimento:

	30 de junho de 2011	
	Controladora	Consolidado
De 1º/07/12 a 30/06/13	124.509	187.354
De 1º/07/13 a 30/06/14	170.704	232.661
De 1º/07/14 a 30/06/15	84.034	137.457
De 1º/07/15 a 30/06/16	10.605	28.752
De 1º/07/16 a 30/06/17	9.340	26.076
De 1º/07/17 a 30/06/26	25.284	53.982
	<u>424.476</u>	<u>666.282</u>

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos e financiamentos são semelhantes.

Com base na Resolução nº 2.471/98 do Banco Central do Brasil e outros diplomas legais vigentes, a Companhia e a USL securitizaram em 1998, 1999 e 2000 a dívida assegurada junto às instituições financeiras, através de aquisição, no mercado secundário, de Certificados do Tesouro Nacional - CTN, como garantia de moeda de pagamento do valor do principal da dívida. Esses financiamentos securitizados, registrados como "Créditos rurais securitizados", estarão automaticamente quitados nos seus vencimentos mediante o resgate dos Certificados do Tesouro Nacional, que se encontram custodiados pelas instituições financeiras credoras. Referidos certificados não são comercializáveis e destinam-se exclusivamente à liquidação desta dívida. O desembolso das empresas durante os 20 anos de vigência desta securitização limita-se ao pagamento anual de montantes equivalentes à aplicação de percentuais variáveis entre 3,9% e 4,96% ao ano sobre o valor securitizado, atualizado monetariamente pelo IGP-M, limitado a 9,5% ao ano até a data do pagamento anual. Esta obrigação foi registrada nas informações financeiras em 30 de junho de 2011 e em 31 de março de 2011, de acordo com o valor destes desembolsos futuros, ajustados a valor presente.

17 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de março de 2011	30 de junho de 2011	31 de março de 2011
Cana-de-açúcar	66.698	26.448	68.762	31.794
Materiais, serviços e outros	29.375	20.194	35.368	29.302
	<u>96.073</u>	<u>46.642</u>	<u>104.130</u>	<u>61.096</u>

O período de safra da cana-de-açúcar, a qual ocorre entre abril e dezembro de cada ano, em média, tem impacto direto sobre o saldo junto a fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 OBRIGAÇÕES COM A COPERSUCAR (Cooperativa)

A Copersucar disponibilizou recursos a seus cooperados durante o período de associação das empresas, para financiamento de suas operações, através de letras de câmbio. Os recursos foram obtidos pela Cooperativa junto ao mercado e repassados aos cooperados com prazos de liquidação no curto prazo, e sobras de caixa da Cooperativa de caráter temporário e oriundas de liminares em processos judiciais pleiteando a suspensão de exigibilidades. Essas sobras de caixa são relacionadas a provisões para contingências registradas pela Cooperativa no passivo não circulante. Entretanto, na eventualidade de perda em algum dos processos nos quais a Cooperativa obteve liminar, a Companhia poderá ser requerida a desembolsar o valor que lhe tenha sido repassado em um prazo de até 120 dias. Os principais valores contidos nessas obrigações são oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados contestados judicialmente pela Cooperativa quanto à constitucionalidade e legalidade da exigência, representados pelos montantes de R\$ 66.976 e R\$ 65.962, em 30 de junho e 31 de março de 2011, respectivamente (R\$ 69.490 e R\$ 68.495, respectivamente, no consolidado) e pelos passivos tributários contidos no REFIS Copersucar, conforme abaixo indicado.

A composição das obrigações com a Copersucar é como segue:

	Controladora	
	30 de junho de 2011	31 de março de 2011
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	66.976	70.096
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	87.641	86.051
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	44.272	44.272
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação do dólar + juros de 4,53% a.a.	<u>2.657</u>	<u>3.271</u>
Total	201.546	203.690
Passivo circulante	<u>(2.040)</u>	<u>(2.040)</u>
Não circulante	<u>199.506</u>	<u>201.650</u>
	Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de março de 2011
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da SELIC	71.416	75.001
REFIS - Copersucar - Atualizado pela variação da SELIC	87.641	86.051
Letra de Câmbio - Repasse de recursos sem incidência de encargos	45.225	45.225
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação da TJLP	394	110
Letra de Câmbio - Atualizado pela variação do dólar + juros de 4,53% a.a.	<u>2.821</u>	<u>3.461</u>
Total	207.497	209.848
Passivo circulante	<u>(2.203)</u>	<u>(2.203)</u>
Não circulante	<u>205.294</u>	<u>207.645</u>

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A totalidade das obrigações da Companhia e suas controladas com a Copersucar está garantida por avais de diretores.

A Copersucar aderiu ao parcelamento da Lei 11.941/09, que teve seus valores consolidados pela Secretaria da Receita Federal. O montante incluso no parcelamento foi distribuído aos cooperados e ex-cooperados durante o exercício findo em 31 de março de 2011, conforme Deliberação do Conselho de Administração da Copersucar.

Tendo em vista os termos negociados no processo de desligamento da Copersucar, a partir da data do desligamento a Companhia e a USL permanecerão devedoras das obrigações registradas na rubrica de "Obrigações - Copersucar", no passivo não circulante, sem alteração nas datas de seus vencimentos, até que os assuntos que as originaram e que se encontram sob discussão judicial patrocinada pelos assessores jurídicos da Cooperativa transitem em julgado. Tais obrigações continuam a ser garantidas por fianças bancárias no montante de R\$ 162.698 (R\$ 175.152 no consolidado).

19 TRIBUTOS PARCELADOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de março de 2011</u>
ICMS	8.648	8.848	8.648	8.848
Parcelamento - Lei 11.941	<u>52.312</u>	<u>50.815</u>	<u>52.931</u>	<u>52.075</u>
	60.960	59.663	61.579	60.923
Passivo circulante (tributos a recolher)	<u>(5.294)</u>	<u>(4.753)</u>	<u>(5.913)</u>	<u>(5.090)</u>
Não circulante	<u>55.666</u>	<u>54.910</u>	<u>55.666</u>	<u>55.833</u>

Em outubro e novembro de 2009, a Companhia e suas controladas Omtex e USL, aderiram ao programa de Recuperação Fiscal (REFIS) de débitos federais, aprovado pela Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, com benefícios de redução nos juros, multas e encargos legais. A maior parte dos processos inclusos no parcelamento vinha sendo discutida judicialmente e, conforme a opinião de nossos assessores legais tinha a correspondente provisão para contingências. Como consequência da adesão ao REFIS, a Companhia e suas controladas obrigam-se ao pagamento das parcelas sem atraso superior a 3 meses, bem como desistiram das ações judiciais e renunciaram a qualquer alegação de direito sobre a qual se fundava as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento e, conseqüentemente, perda dos benefícios anteriormente mencionados (descontos e prazo de liquidação).

No trimestre corrente a Companhia realizou as últimas inclusões no REFIS, basicamente de débitos previdenciários, que foram contabilizados a débito de "Outras receitas (despesas), líquidas":

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Total dos débitos inclusos no parcelamento	2.239	2.625
Total dos débitos excluídos do parcelamento	(1.262)	(1.262)
Descontos obtidos no parcelamento	<u>(553)</u>	<u>(745)</u>
Total do impacto no resultado, de junho de 2011	<u>424</u>	<u>618</u>

Em junho de 2011 a adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, teve seus valores consolidados pela Secretaria da Receita Federal.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 OUTROS PASSIVOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de março de 2011</u>
Vendas a faturar	980	7.187	5.532	10.663
Receitas a apropriar	1.979	1.458	1.979	2.913
Impostos parcelados	279	728	279	728
Passivo a descoberto de controlada	5.125	6.142		
Mitsubishi Corporation	8.534	11.748	8.534	11.748
Outros débitos	<u>7.890</u>	<u>4.546</u>	<u>8.270</u>	<u>5.556</u>
	24.787	31.809	24.594	31.608
Passivo circulante	<u>(15.278)</u>	<u>(21.398)</u>	<u>(15.024)</u>	<u>(21.137)</u>
Não circulante	<u>9.509</u>	<u>10.411</u>	<u>9.570</u>	<u>10.471</u>

O saldo em aberto com a Mitsubishi Corporation é proveniente de aquisição de participação societária na UBV realizada em novembro de 2009 com vencimento final em 2014.

21 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 30 de junho e 31 de março de 2011 o capital social está dividido em 113.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

(b) Ações em tesouraria

Em 22 de setembro de 2008, o Conselho de Administração aprovou programa de recompra de ações ordinárias de emissão da própria Companhia, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução de capital social, nos termos do seu Estatuto Social, das Instruções CVM nº10/80 e nº 268/97 e das demais disposições legais vigentes. As operações de aquisição de ações foram realizadas até 5 de janeiro de 2009, na BM&FBovespa, a preços de mercado, com a intermediação de corretoras.

A Companhia recomprou 139.000 ações ordinárias, no montante de R\$ 1.899, a um custo unitário mínimo de R\$ 9,30 e máximo de R\$ 19,20, resultando em um custo médio de R\$ 13,65 por ação. O valor de mercado em 30 de junho de 2011 da totalidade dessas ações corresponde a R\$ 3.350 (R\$ 3.557 em 31 de março de 2011).

O objetivo da Companhia com o programa é maximizar a geração de valor para seus acionistas.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

• **Deemed cost**

Corresponde a mais-valia de custo atribuído de Terras, Edificações e dependências, Equipamentos e instalações industriais; Veículos e Máquinas e implementos agrícolas, como descrito na Nota 14(a). Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados".

• **Valor justo de hedge accounting**

Corresponde aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos não realizadas/liquidadas, classificadas como *hedge accounting*. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorreram os vencimentos/embarques das operações correlatas.

(d) Reserva legal e para orçamento de capital

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

A reserva para orçamento de capital refere-se a retenção de parte dos lucros com o objetivo de fazer face aos investimentos da Companhia, conforme orçamento aprovado em Assembléia Geral dos acionistas. Em 29 de julho de 2011, a administração aprovou a destinação de mais R\$ 54.091 à reserva de orçamento de capital.

(e) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal.

Em Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de julho de 2011, foi aprovada uma distribuição adicional de dividendos no montante de R\$ 21.062 (R\$ 0,1866 por ação), totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$ 30.242 (R\$ 0,2680 por ação), correspondente a 21% do lucro líquido do último exercício após a constituição da reserva legal.

(f) Plano de outorga de opção de compra de ações

Na Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 26 de março de 2009, foi aprovado o Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações da Companhia, com o objetivo de estimular a expansão da Companhia e o alcance e superação de metas empresariais, promover o bom desempenho da Companhia e possibilitar a manutenção de seus profissionais. O Plano é gerido pelo Conselho de Administração, que poderá conceder opções para compra de ações a seus executivos, administradores e empregados.

O número total de ações ordinárias relativo ao qual podem ser outorgadas opções não excederá 2% do total de ações ordinárias do capital social da Companhia. O Plano de Opções da Companhia encontra-se disponível na CVM.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Atualmente, os Regulamentos e Contratos de adesão estão em elaboração pelo Conselho de Administração, para serem implementados na Companhia, bem como a definição dos beneficiários elegíveis.

22 PLANO DE BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

Em setembro de 2008, a Companhia e suas controladas contrataram plano de previdência complementar destinado a todos os empregados e administradores, denominado Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), o qual caracteriza-se como plano de contribuição definida. A participação de todos os empregados é assegurada, mas facultativa. A contrapartida das empresas está limitada a 1% dos salários nominais de seus empregados até o limite da unidade de referência do plano e até 6% da parcela dos salários nominais que excede referido limite. Os participantes podem efetuar contribuições acima dos limites percentuais descritos no parágrafo acima, porém, sem contrapartida por parte da Companhia e suas controladas.

O montante dessa participação no trimestre findo em 30 de junho de 2011 e de 2010, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foi de R\$ 432 e R\$ 396, respectivamente, no consolidado.

23 PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

Em conformidade com Acordos Coletivos de Trabalho, firmados com as categorias de seus colaboradores, a Companhia e suas controladas implementaram programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas.

Os indicadores operacionais e financeiros acordados entre a Companhia e suas controladas e os colaboradores, através dos sindicatos que os representam, estão relacionados aos seguintes aspectos: (i) aproveitamento de tempo agroindustrial; (ii) produtividade agroindustrial; (iii) índice orçamentário; (iv) acidente do trabalho; (v) satisfação dos clientes; (vi) prazo para fechamento gerencial; (vii) ganhos econômicos com mudanças de processos e a respectiva qualidade; (viii) perfil da dívida existente; (ix) performance financeira lastreada especialmente ao nível e qualidade do endividamento; (x) performance econômico financeira; e (xi) qualidade das análises e apresentações para o mercado. Estes indicadores são segregados para aplicação específica aos respectivos departamentos envolvidos, os quais são divididos, para fins deste programa, entre área agroindustrial, centro de serviços compartilhados e corporativo.

O montante dessa participação nos trimestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, registrado como custos ou despesas operacionais no resultado foram de R\$ 2.663 e R\$ 2.522, respectivamente, no consolidado.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) O imposto de renda e a contribuição social estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de março de 2011	30 de junho de 2011	31 de março de 2011
Créditos tributários				
No ativo circulante - Antecipações				
· Imposto de renda e contribuição social, a compensar	4.299	1.023	5.710	5.037
No ativo não circulante - Créditos diferidos				
· Imposto de renda sobre prejuízos fiscais	10.453	14.296	29.906	33.442
· Contribuição social sobre base negativa acumulada	3.837	5.220	10.840	12.113
Tributos sobre diferenças temporárias de:				
· Provisão para contingências	16.516	17.127	16.610	17.363
· Ativos biológicos (variação para o valor justo)	14.966	16.718	26.572	27.750
· Benefício fiscal sobre ágio incorporado	8.489	9.509	8.489	9.509
· Despesas pré-operacionais (Diferido, baixado)	8		7.778	7.982
· Instrumentos financeiros derivativos	12.912	13.784	12.912	13.784
· Outros	8.231	9.414	8.298	10.733
	<u>75.412</u>	<u>86.068</u>	<u>121.405</u>	<u>132.676</u>
Débitos tributários				
No passivo circulante - Débitos correntes				
· Imposto de renda e contribuição social, a pagar	1.404	829	1.672	829
No passivo não circulante - Débitos diferidos				
Tributos sobre diferenças temporárias de:				
· Mais-valia de ativo imobilizado (<i>Deemed cost</i>)	(326.229)	(329.797)	(679.385)	(684.793)
· Depreciação acelerada incentivada	(105.754)	(107.366)	(105.755)	(107.366)
· Financiamentos securitizados	(12.897)	(12.574)	(13.062)	(12.740)
· Ajuste a valor presente	(7.918)	(8.371)	(7.938)	(8.393)
· Instrumentos financeiros derivativos	(8.676)	(3.834)	(8.676)	(3.835)
	<u>(461.474)</u>	<u>(461.942)</u>	<u>(814.816)</u>	<u>(817.127)</u>

A compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa acumulada da contribuição social está limitada a 30% do lucro real anual, sem prazo de prescrição e não sujeita a atualização monetária ou juros. O reconhecimento de créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas tem como base projeções de resultado da Companhia e das controladas que suportam a recuperação dos créditos tributários, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicada pelas projeções de resultado tributável aprovadas pela Administração, incluindo a expectativa de realização das diferenças temporárias, é conforme demonstrada a seguir:

<u>Períodos findos em 31 de março de:</u>	<u>Valor estimado de realização</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2012	37.203	37.203
2013	9.849	9.849
2014	7.189	7.189
2015	6.684	8.450
2016	6.013	15.003
2017 em diante	8.474	43.711
	<u>75.412</u>	<u>121.405</u>

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos passivos são realizados substancialmente em função da depreciação e baixa dos ativos imobilizados que os originaram. A realização deste passivo é estimada à razão média de 15% ao ano, em função das taxas de depreciação dos ativos imobilizados respectivos. Adicionalmente, o prazo de liquidação dos empréstimos securitizados, que vencem até 2021, têm impacto no período de recuperação do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos.

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

Os encargos de imposto de renda e contribuição social são reconciliados com as alíquotas vigentes, como segue:

	<u>30 de junho de 2011</u>		<u>30 de junho de 2010</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Controladora:				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	51.732	51.732	23.016	23.016
Alíquotas vigentes - %	25%	9%	25%	9%
	(12.933)	(4.656)	(5.754)	(2.071)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
<u>Diferenças permanentes</u>				
Equivalência patrimonial	1.332	480	2.140	770
Benefícios fiscais - parcelamento Lei 11.941	176	64		
Outras diferenças permanentes	1.112	434	658	238
PAT e doações incentivadas	223		75	
Imposto de renda e contribuição social	<u>(10.090)</u>	<u>(3.678)</u>	<u>(2.881)</u>	<u>(1.063)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(13.768)</u>		<u>(3.944)</u>	

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30 de junho de 2011		30 de junho de 2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição Social
Consolidado:				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	51.700	51.700	27.271	27.271
Alíquotas vigentes - %	25%	9%	25%	9%
	(12.925)	(4.653)	(6.818)	(2.454)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
<u>Diferenças permanentes</u>				
Incentivos fiscais de ICMS, não tributados	271	97	240	86
Tributos diferidos não constituídos	(999)	(359)	(207)	(74)
Benefícios fiscais - parcelamento Lei 11.941	176	63		
Outras diferenças permanentes	3.163	1.206	560	201
PAT e doações incentivadas	224		267	
Imposto de renda e contribuição social	(10.090)	(3.646)	(5.958)	(2.241)
Imposto de renda e contribuição social	(13.736)		(8.199)	

25 SUBVENÇÃO PARA INVESTIMENTOS

A UBV possui programa de incentivo fiscal estadual junto ao Estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, denominado "Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. A utilização do benefício pela UBV está condicionada ao cumprimento de todas as obrigações fixadas no programa, cujas condições referem-se a fatores sob controle da UBV.

O benefício relativo à redução no pagamento desse imposto é calculado sobre o saldo devedor apurado em cada período de apuração, mediante aplicação do percentual de desconto concedido pelo incentivo fiscal.

O valor da subvenção apurado no período foi registrado na demonstração do resultado como deduções da receita líquida, reduzindo a conta "ICMS a recolher". Pela impossibilidade de destinação como dividendos, é constituída Reserva para Incentivos Fiscais, em contrapartida à conta de Lucros (prejuízos) acumulados, no montante apurado da subvenção, na UBV.

Para os trimestres findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, o valor do incentivo que impactou o resultado foi de R\$ 1.724 e R\$ 961, respectivamente.

26 COMPROMISSOS

A Companhia e suas controladas estabelecem compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo são aqueles que merecem destaque nas presentes informações financeiras:

26.1 Matas ciliares e áreas destinadas à reserva legal

A Companhia e suas controladas possuem áreas não cultivadas, cobertas por vegetação nativa preservada, em processo de regeneração ou reflorestamento destinadas a assegurar o equilíbrio ecológico do meio ambiente. Tais áreas, nos termos da legislação ambiental vigente, correspondem a matas ciliares e áreas destinadas à chamada "reserva legal".

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 **Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As matas ciliares, encostas, remanescentes de vegetação nativa e áreas averbadas como reserva legal são rigorosamente observadas e preservadas no momento do cultivo da cana-de-açúcar. A Companhia e suas controladas não promovem qualquer intervenção nessas áreas.

A Companhia - com exceção da sua controlada UBV que já adquiriu áreas para exploração agroindustrial e preservação florestal nas proporções estabelecidas pela legislação - ainda não possui o percentual mínimo previsto na legislação vigente de áreas de reserva legal averbadas, mas possui áreas aptas a averbação proporcional nos próximos 30 anos (10% a cada período de 3 anos), nos termos estabelecidos pela legislação do Estado de São Paulo. Entretanto, como a obrigação de abandonar áreas historicamente cultivadas e destiná-las à reserva legal ainda é controvertida nas esferas política e judicial, a Companhia acompanha atentamente a evolução desse tema e avalia as múltiplas alternativas para o atendimento das exigências legais. No caso das operações incorporadas da antiga USM, a administração também discute, judicialmente, tal obrigação, cujo risco de perda nessas ações é avaliado como possível e, em paralelo, avalia a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público de Ribeirão Preto, para regularização da reserva legal de parte de suas propriedades rurais.

Os valores a serem investidos para cumprir estes compromissos, bem como a forma como os mesmos serão realizados e o tempo requerido para sua execução não são mensuráveis nesse momento. Os investimentos em áreas de preservação, quando realizados, são registrados no ativo imobilizado.

26.2 Contrato de fornecimento de etanol

Mediante contrato de compra e venda, a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de etanol industrial para a Mitsubishi Corporation pelo período de 30 anos, a partir da safra 2008/2009, na proporção de 30% de toda a produção de etanol da UBV, em condições de mercado. O contrato ainda prevê em cláusula a renovação automática por mais 10 anos.

26.3 Concessão de direito de preferência na compra de etanol

A Companhia e sua controlada NF outorgaram a PBio direito de preferência, em termos e condições de mercado, para compra de até 49% da produção de etanol e da energia elétrica excedente da UBV e SMBJ.

26.4 Avais concedidos

A Companhia é avalista garantidora do pagamento de empréstimos e financiamentos contraídos pela UBV no montante de R\$ 474.578.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

27.1 Perdas prováveis

A Companhia e suas controladas, com base na avaliação dos assessores jurídicos, mantêm as seguintes provisões para contingências para os casos de perdas prováveis (valores atualizados monetariamente):

	Controladora						
	31 de março de 2011	Saldo incorporado OMTEK	Adições	Reversões	Utilizações	Atualização monetária	30 de junho de 2011
Tributários	8.727	3				73	8.803
Cíveis e ambientais	14.498		1.064	(295)		271	15.538
Trabalhistas	46.818	353	2.386	(789)	(7.302)	1.379	42.845
	70.043	356	3.450	(1.084)	(7.302)	1.723	67.186
(-) Depósitos judiciais	(30.564)	(253)	(2.358)		1.632	(364)	(31.907)
	<u>39.479</u>	<u>103</u>	<u>1.092</u>	<u>(1.084)</u>	<u>(5.670)</u>	<u>1.359</u>	<u>35.279</u>
	Consolidado						
	31 de março de 2011	Adições	Reversões	Utilizações	Atualização monetária	30 de junho de 2011	
Tributários	9.470		(10)		91	9.551	
Cíveis e ambientais	15.124	1.064	(297)		285	16.176	
Trabalhistas	49.690	2.486	(1.008)	(7.435)	1.459	45.192	
	74.284	3.550	(1.315)	(7.435)	1.835	70.919	
(-) Depósitos judiciais	(32.367)	(2.425)		1.632	(371)	(33.531)	
	<u>41.917</u>	<u>1.125</u>	<u>(1.315)</u>	<u>(5.803)</u>	<u>1.464</u>	<u>37.388</u>	

Em 30 de maio de 2011 a Companhia incorporou a totalidade dos ativos da empresa Omtek, assumindo a titularidade das demandas judiciais.

Em 30 de junho de 2011, a natureza das principais causas que tiveram seus valores incluídos nas provisões acima é a seguinte (controladora e consolidado):

Processos tributários:

Referem-se a: (a) tributos cuja cobrança está sendo questionada judicialmente pela Companhia e suas controladas, onde foram efetuados depósitos judiciais dos valores discutidos; (b) honorários *ad êxito* a serem pagos aos advogados contratados para defesa da empresa em processos tributários.

Processos cíveis e ambientais:

Referem-se a: (i) indenização por danos materiais e morais; (ii) ações civis públicas para abstenção de queima de palha de cana-de-açúcar e constituição de reserva legal; e (iii) execuções de natureza ambiental.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos trabalhistas:

As reclamações trabalhistas têm como principais pedidos: (i) horas extras; (ii) horas “*in itinere*”; (iii) supressão do intervalo intrajornada; (iv) adicionais de periculosidade e insalubridade; (v) devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa; (vi) adicional noturno; e (vii) unicidade contratual com o consequente pagamento de 13º salário e férias acrescidas do terço constitucional.

27.2 Perdas possíveis (passivo contingente)

A Companhia e suas controladas são parte em outros processos de natureza tributária, ambiental e cível que, com base na posição dos advogados da Companhia, o risco de perda é classificado como possível (passivo contingente). A natureza e o valor atribuído a essas causas são:

Processos Tributários:

Consolidado		Nº de processos	Instância				Total
			Adminis- trativa	1º Instância judicial	2º Instância judicial	Tribunal inferior	
Natureza							
(i)	Contribuição previdenciária	24	102.547		12.380		114.927
(ii)	Apuração de IRPJ/CSLL	2	48.662				48.662
	Saldo negativo IRPJ	3		92		215	1.776
	Compensação créditos PIS	2	3.641			1.697	5.338
	Compensação tributos federais	2	213			1.427	1.640
	Outros processos tributários	47	10.665	1.242		1.588	13.495
		80	165.728	1.334	12.380	4.927	185.838

Adicionalmente, nos termos negociados no desligamento da Copersucar, a Companhia e a USL são responsáveis pelo pagamento de obrigações, proporcionais às suas participações em safras anteriores na Copersucar, que venham a resultar de autuações fiscais que poderão surgir e que se refiram a períodos em que a Companhia e controladas eram cooperadas. A Copersucar possui autuações lavradas pelas Fazendas Estaduais, com relação a ICMS incidente sobre as vendas de álcool carburante e industrial realizadas até 31 de dezembro de 2008, na condição de contribuinte principal ou substituta tributária de empresas distribuidoras. O valor atualizado proporcional à participação da Companhia e suas controladas na Cooperativa corresponde a R\$132.465 mil. Os consultores jurídicos da Copersucar avaliam estas causas como de risco possível.

A Copersucar acredita dispor de argumentos sólidos para sustentar o sucesso das defesas das multas que lhes foram impostas pelas Fazendas Estaduais em tais autuações.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Processos Cíveis e Ambientais:

Consolidado	Nº de processos	Instância				Total
		Adminis- trativa	1º Instância judicial	Tribunal inferior	Tribunal superior	
Ambientais	45	1.706	848	1.229	4.745	8.528
Cíveis						
Indenizatórias	32		2.699	166	25	2.890
Revisão de contratos	11			24		24
Retificação de área e registro imobiliário	4		9			9
Alvarás para obtenção de licença de pesquisa	7					
Regulatório	1	65				65
	100	1.771	3.556	1.419	4.770	11.516

A Administração da Companhia e de suas controladas, baseada na opinião de se assessores legais, entende não haver outros riscos contingentes significativos que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou quando possam resultar em impacto significativo sobre os resultados futuros.

28 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Conforme determinado pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, os instrumentos financeiros derivativos devem ser classificados como “mantidos para negociação” e registrados pelo seu valor justo no ativo circulante quando seu valor justo for positivo e no passivo circulante quando seu valor justo for negativo. As variações do valor justo devem ser registradas no resultado do período, a não ser quando o derivativo for designado para contabilidade de *hedge*. A utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) é optativa e objetiva registrar os efeitos dos instrumentos financeiros derivativos no mesmo momento em que os objetos protegidos afetam o resultado da entidade, de forma a respeitar o princípio contábil de competência e reduzir a volatilidade no resultado criada pela marcação a mercado dos derivativos.

A partir de 1º de março de 2010, a Companhia e suas controladas optaram pela utilização da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para a contabilização de parte de seus instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos eleitos para a designação são derivativos de açúcar, etanol e de moeda estrangeira - dólar americano - que efetuam coberturas de vendas da safra 2011/2012 e foram classificados como *hedge* de fluxo de caixa de transações esperadas altamente prováveis (vendas futuras).

Os derivativos designados para contabilidade de *hedge* são registrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo. As variações eficazes de valor justo dos derivativos designados e que se qualificam para contabilidade de *hedge* são classificadas na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido, líquidas de tributos diferidos, e registradas no resultado na rubrica “Receita líquida de vendas” quando do reconhecimento da receita da respectiva venda coberta, o que ocorre no mês de embarque da mercadoria vendida. A parcela ineficaz das variações é registrada como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorre.

Para a utilização do *hedge accounting*, foram realizados testes prospectivos de eficácia que demonstraram que os instrumentos designados para *hedge* proporcionam uma compensação altamente eficaz aos efeitos de variações de preços sobre o valor das vendas futuras.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os *hedges* de câmbio, os derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são realizados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs) e estratégias de Opções junto a instituições financeiras de primeira linha.

Para os *hedges* de açúcar, os derivativos foram designados como proteção da variação dos fluxos de caixa das vendas futuras de açúcar. Estas operações são realizadas na bolsa de Nova Iorque - *Intercontinental Exchange* (ICE Futures US) e com instituições financeiras de primeira linha através de contratos de balcão.

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de março de 2011, os saldos de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos são como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de março de 2011</u>	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>31 de março de 2011</u>
Depósitos de margem	1.135	1.709	1.135	1.709
Resultado potencial com futuros de açúcar	(4.564)	(2.634)	(4.564)	(2.634)
Resultado potencial com futuros de etanol	6	14	6	14
Resultado potencial com opções de açúcar	(4.090)	129	(4.090)	129
Resultado potencial com opções de dolar	1.018	221	1.018	221
Resultado potencial com contratos a termo - câmbio	13.032	3.894	13.032	3.894
Resultado potencial com contratos a termo - açúcar	<u>(6.813)</u>	<u>(23.276)</u>	<u>(6.813)</u>	<u>(23.276)</u>
	<u>(276)</u>	<u>(19.943)</u>	<u>(276)</u>	<u>(19.943)</u>
No ativo, circulante	15.191	5.967	15.191	5.967
No passivo, circulante	<u>(15.467)</u>	<u>(25.910)</u>	<u>(15.467)</u>	<u>(25.910)</u>
	<u>(276)</u>	<u>(19.943)</u>	<u>(276)</u>	<u>(19.943)</u>

O saldo de depósitos de margem se refere a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens iniciais estabelecidas pela bolsa na qual os contratos são firmados, com o objetivo de garantir contratos em aberto e remessas líquidas relativas aos ajustes diários de variação de preço dos contratos no mercado futuro e de opções.

Os saldos de resultado potencial com operações de futuro, opções e contratos a termo referem-se ao efeito acumulado positivo (negativo) do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, nas correspondentes modalidades.

A data de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos firmados é determinada em função da estimativa de embarque do açúcar e etanol protegidos e previsão futura de fluxo de caixa decorrente destes embarques, conforme acordado com os clientes.

28.1 Demonstrativo do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de março de 2011, a composição do valor justo de ativos e passivos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, são como segue:

Notas Explicativas**São Martinho S.A.****Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**a) Contratos futuros e opções:**

	30 de junho de 2011				
Controladora	Volume (Ton)	Preço médio (¢/lb)	Valor de Referência (Nocional)- R\$	Valor Justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
<u>Mercadorias - Sugar #11</u>					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	58.928	23,35	47.364	(5.484)	(5.484)
<i>Compromisso de Compra</i>	5.131	21,13	3.731	920	920
					<u>(4.564)</u>
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	57.912	22,44	44.733	1.510	1.510
<i>Posição Lançadora - Venda</i>	5.080	20,00	3.497	(33)	(33)
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	57.912	25,21	50.253	(5.567)	(5.567)
					<u>(4.090)</u>
<u>Mercadorias - ETH BMF</u>					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	14.160	1.041,70	492	6	6
					<u>6</u>
<u>Moeda - USD</u>					
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	9.000	1,72	15.480	1.116	1.116
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	9.000	1,87	16.830	(98)	(98)
					<u>1.018</u>

Notas Explicativas

São Martinho S.A.
**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora	31 de março de 2011				
	Volume (Ton)	Preço médio (¢/lb)	Valor de Referência (Nocional)- R\$	Valor Justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
<u>Mercadorias - Sugar #11</u>					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	141.580	24,76	125.873	(1.081)	(1.081)
<i>Compromisso de Compra</i>	83.922	25,69	77.417	(1.553)	<u>(1.553)</u>
					<u>(2.634)</u>
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	64.872	23,92	55.712	3.201	3.201
<i>Posição titular - Compra</i>	10.160	26,50	9.668	540	540
<i>Posição Lançadora - Venda</i>	14.224	21,22	10.836	(240)	(240)
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	75.032	27,59	74.348	(3.372)	<u>(3.372)</u>
					<u>129</u>
<u>Mercadorias - ETH BME</u>					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	11.190	1.062,09	396	14	<u>14</u>
					<u>14</u>
<u>Moeda - USD</u>					
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	9.000	1,72	15.480	528	528
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	9.000	1,87	16.830	(307)	<u>(307)</u>
					<u>221</u>

Notas Explicativas

São Martinho S.A.
**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consolidado	31 de março de 2011				
	Volume (Ton)	Preço médio (¢/lb)	Valor de Referência (Nocional)- R\$	Valor Justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber (pagar) - R\$
Mercadorias - Sugar #11					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	141.580	24,76	125.873	(1.081)	(1.081)
<i>Compromisso de Compra</i>	83.922	25,69	77.417	(1.553)	(1.553)
					(2.634)
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	64.872	23,92	55.712	3.201	3.201
<i>Posição titular - Compra</i>	10.160	-	-	540	540
<i>Posição Lançadora - Venda</i>	14.224	21,22	10.836	(240)	(240)
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	75.032	27,59	74.348	(3.372)	(3.372)
					129
Mercadorias - ETH BME					
Contratos Futuros					
<i>Compromisso de Venda</i>	11.190	1.062,09	396	14	14
					14
Moeda - USD					
Contratos de Opções					
<i>Posição titular - Venda</i>	9.000	1,72	15.480	528	528
<i>Posição Lançadora - Compra</i>	9.000	1,87	16.830	(307)	(307)
					221

A forma de operação das posições com opções indicadas acima é efetuada com base nas seguintes terminologias:

- Posição titular - Venda: compra de opções de venda que confere à Companhia o direito, mas não a obrigação, de realizar uma venda ao preço previamente estabelecido.
- Posição titular - Compra: compra de opções de compra que confere à Companhia o direito, mas não a obrigação, de realizar uma compra ao preço previamente estabelecido.
- Posição lançadora - Compra: venda de opções de compra nas quais a Companhia tem a obrigação de cumprimento pelo preço acordado, caso seja decidido pelo comprador.
- Posição lançadora - Venda: venda de opções de venda nas quais a Companhia tem a obrigação de cumprimento pelo preço acordado, caso seja decidido pelo comprador.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****b) Contratos a termo de moeda estrangeira (NDF balcão - Cetip):**

Controladora e consolidado - 30/06/2011						
Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
jul/11	Vendida	14.280	1,6850	24.065	1.768	1.768
ago/11	Vendida	23.780	1,6140	38.385	1.011	1.011
set/11	Vendida	23.780	1,6258	38.666	999	999
out/11	Vendida	30.000	1,6981	50.947	3.084	3.084
nov/11	Vendida	21.000	1,6628	34.923	1.210	1.210
dez/11	Vendida	20.840	1,6993	35.419	1.709	1.709
jan/12	Vendida	23.420	1,6963	39.729	1.567	1.567
fev/12	Vendida	9.840	1,7187	16.913	733	733
mar/12	Vendida	7.000	1,7367	12.158	580	580
abr/12	Vendida	3.000	1,7641	5.293	298	298
mai/12	Vendida	<u>1.500</u>	1,7301	2.595	73	<u>73</u>
		<u>178.440</u>				<u>13.032</u>

Controladora e consolidado - 31/03/2011						
Vencimento	Posição	US\$ mil	Taxa média fixada - R\$/US\$ 1	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
abr/11	Vendida	2.575	1,8992	4.890	696	696
mai/11	Vendida	1.000	1,6697	1.670	29	29
jun/11	Vendida	1.000	1,6828	1.683	29	29
jul/11	Vendida	6.000	1,8048	10.830	814	814
ago/11	Vendida	500	1,7160	858	18	18
set/11	Vendida	500	1,7305	865	19	19
out/11	Vendida	9.500	1,8375	17.458	1.203	1.203
nov/11	Vendida	2.500	1,7669	4.418	121	121
dez/11	Vendida	4.500	1,8577	8.361	545	545
jan/12	Vendida	4.080	1,7995	7.342	224	224
fev/12	Vendida	1.500	1,8162	2.724	85	85
mar/12	Vendida	1.000	1,8247	1.825	53	53
abr/12	Vendida	<u>1.000</u>	1,8393	1.840	58	<u>58</u>
		<u>35.655</u>				<u>3.894</u>

As contrapartes dos contratos a termo de moeda estrangeira são as instituições financeiras: Citibank, Rabobank, Bradesco, Santander, HSBC e Itaú BBA.

Notas Explicativas

São Martinho S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma****c) Contratos a termo de açúcar “sugar 11” (NDF balcão - Cetip):**

Controladora e consolidado - 30/06/2011						
Vencimento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a pagar - R\$
out/11	Vendida	625	20,10	19.617	(6.753)	(6.753)
mar/12	Vendida	10	22,29	348	(60)	(60)
		<u>635</u>				<u>(6.813)</u>

Controladora e consolidado - 31/03/2011						
Vencimento	Posição	Lotes	Preço médio fixado (¢/lb)	Valor de referência (Nocional) - R\$	Valor justo (Fair value) - R\$	Efeito a receber - R\$
mai/11	Vendida	872	22,80	32.383	(6.621)	(6.621)
jul/11	Vendida	1.508	20,63	50.678	(12.060)	(12.060)
out/11	Vendida	625	20,10	20.464	(4.566)	(4.566)
mar/12	Vendida	10	22,29	363	(29)	(29)
		<u>3.015</u>				<u>(23.276)</u>

As contrapartes dos contratos a termo de açúcar “sugar 11” são as instituições financeiras: Citibank, Rabobank, Itaú BBA e Macquarie.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos demonstrados acima possui previsão de realização para as seguintes telas/ períodos:

Consolidado (Em R\$ mil)	Vencimento por Tela		
	out/11	mar/12	Total
MERCADORIAS			
Derivativos Designados para Hedge			
Valor Justo dos Futuros Comprados - Açúcar	920		920
Valor Justo dos Futuros Vendidos - Açúcar	(3.297)	(2.187)	(5.484)
Valor Justo das NDFs Vendidas - Açúcar	(6.753)	(60)	(6.813)
	(9.130)	(2.247)	(11.377)
Opções de Açúcar			
Valor Justo de Posição titular – Venda	1.104	406	1.510
Valor Justo de Posição Lançadora – Venda	(33)		(33)
Valor Justo de Posição Lançadora – Compra	(4.326)	(1.241)	(5.567)
	(3.255)	(835)	(4.090)
	(12.385)	(3.082)	(15.467)

Notas Explicativas

São Martinho S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Consolidado (Em R\$ mil)	Vencimento por período				
	2T11	3T11	4T11	1T12	Total
MERCADORIAS					
Derivativos Designados para Hedge					
Valor Justo dos Futuros Vendidos - Etanol	6				6
MOEDA ESTRANGEIRA					
Derivativos Designados para Hedge					
Valor Justo das NDFs Vendidas - Câmbio	3.778	6.003	2.880	371	13.032
Opções de USD					
Valor Justo de Posição titular – Venda	261	375	362	118	1.116
Valor Justo de Posição Lançadora – Compra	(5)	(27)	(46)	(20)	(98)
	256	348	316	98	1.018
	4.040	6.351	3.196	469	14.056

Nos trimestre findos em 30 de junho de 2011 e de 2010, os resultados das operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que afetaram as contas de resultado, foram:

	30 de junho de 2011		30 de junho de 2010	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Contratos vinculados a produtos:				
Contratos futuros	(11.480)	(11.480)	7.997	12.893
Opções	(3.385)	(3.385)	55	3
Contratos a termo				
Comissões e corretagens	(179)	(179)	(92)	(171)
Variação cambial	(146)	(146)	102	179
	(15.190)	(15.190)	8.062	12.904
Contratos vinculados a moeda:				
Contratos a termo	1.351	1.351	170	238
Opções	(92)	(92)		
	1.259	1.259	170	238
Contratos vinculados a dívida:				
Swap				(321)
Efeito líquido	(13.931)	(13.931)	8.232	12.821
Efeito nas rubricas do resultado:				
Receita bruta	(9.898)	(9.898)	8.159	13.106
Receita financeira	5.450	5.450	714	771
Despesa financeira	(9.336)	(9.336)	(743)	(1.235)
Variação monetária e cambial, líquida	(147)	(147)	102	179
	(13.931)	(13.931)	8.232	12.821

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28.2 Margens dadas em garantia

Para atender as garantias exigidas pelas bolsas em determinadas operações com instrumentos financeiros derivativos, a Companhia e suas controladas mantinham os montantes abaixo demonstrados como garantia de operações com derivativos.

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	31 de março de 2011	30 de junho de 2011	31 de março de 2011
Corretoras				
Natixis	(180)		(180)	
New Edge	1.449	507	1.449	507
Prudential	(4)	1.202	(4)	1.202
Santander	(130)		(130)	
	<u>1.135</u>	<u>1.709</u>	<u>1.135</u>	<u>1.709</u>

29 INFORMAÇÃO POR SEGMENTO (CONSOLIDADO)

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelos principais tomadores de decisão, sendo eles: a diretoria, a presidência e o conselho de administração.

As análises são realizadas segmentando o negócio sob a ótica dos produtos comercializados pela Companhia e suas controladas, compondo três segmentos:

- (i) Açúcar;
- (ii) Etanol; e
- (iii) Outros produtos.

No segmento de "Outros produtos" (iii) estão incluídas as operações relacionadas à produção e comercialização de energia elétrica, provenientes da Companhia e da UBV, ácido ribonucléico (sal sódico), provenientes da incorporação da Omtex, e outros produtos ou subprodutos de menor relevância.

As análises de desempenho dos segmentos operacionais são realizadas com base na demonstração do resultado por produto, com foco na rentabilidade.

Os ativos operacionais relacionados a esses segmentos estão localizados apenas no Brasil (Estado de São Paulo e Goiás).

As informações por segmento de negócios, utilizadas pelos principais tomadores de decisão são as seguintes:

Notas Explicativas

São Martinho S.A.
**Notas explicativas da administração às informações
trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
(a) Resultado consolidado por segmento**Trimestre findo em 30 de junho de 2011**

	Acúcar	Etanol	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita líquida	197.244	110.726	20.978		328.948
Custo dos produtos vendidos	(131.808)	(76.668)	(23.533)		(232.009)
Lucro bruto	65.436	34.058	(2.555)		96.939
Margem bruta	33,2%	30,8%	-12,2%		29,5%
Despesas com vendas	(12.076)	(836)	(494)		(13.406)
Demais despesas operacionais				(22.693)	(22.693)
Lucro operacional	53.360	33.222	(3.049)	(22.693)	60.840
Receitas (despesas) financeiras				(10.714)	(10.714)
Variações cambiais, líquidas				1.574	1.574
Lucro antes dos tributos	53.360	33.222	(3.049)	(31.833)	51.700
Imposto de renda e contribuição social				(13.736)	(13.736)
Lucro líquido do trimestre	53.360	33.222	(3.049)	(45.569)	37.964

Trimestre findo em 30 de junho de 2010

	Acúcar	Etanol	Outros produtos	Não segmentado	Total
Receita líquida	177.446	87.980	20.025		285.451
Custo dos produtos vendidos	(103.388)	(86.646)	(15.983)		(206.017)
Lucro bruto	74.058	1.334	4.042		79.434
Margem bruta	41,7%	1,5%	20,2%		27,8%
Despesas com vendas	(11.446)	(2.781)	(81)		(14.308)
Demais despesas operacionais				(18.898)	(18.898)
Lucro operacional	62.612	(1.447)	3.961	(18.898)	46.228
Receitas (despesas) financeiras				(16.170)	(16.170)
Variações cambiais, líquidas				(2.787)	(2.787)
Lucro antes dos tributos	62.612	(1.447)	3.961	(37.855)	27.271
Imposto de renda e contribuição social				(8.199)	(8.199)
Lucro líquido do trimestre	62.612	(1.447)	3.961	(46.054)	19.072

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Ativos operacionais consolidados por segmento

Os principais ativos operacionais da Companhia e suas controladas foram segregados por segmento em função dos correspondentes centros de custo em que estão alocados e/ou de critério de rateio que leva em consideração a produção de cada produto em relação à produção total; assim, essa alocação pode variar de um período para outro.

Em 30 de junho de 2011

	<u>Açúcar</u>	<u>Etanol</u>	<u>Outros produtos</u>	<u>Total</u>
Contas a receber de clientes	23.022	32.165	122	55.309
Estoques	82.407	133.537	448	216.392
Ativos biológicos	165.813	279.253		445.066
Imobilizado	1.202.970	1.619.060	36.462	2.858.492
Intangível	17.534	18.953	60	36.547
Total	1.491.746	2.082.968	37.092	3.611.806

Em 31 de março de 2011

	<u>Açúcar</u>	<u>Etanol</u>	<u>Outros produtos</u>	<u>Total</u>
Contas a receber de clientes	22.379	34.024	3.270	59.673
Estoques	65.442	59.811	13.853	139.106
Ativos biológicos	206.760	228.772		435.532
Imobilizado	1.471.068	1.351.584	42.109	2.864.761
Intangível	21.700	15.026		36.726
Total	1.787.349	1.689.217	59.232	3.535.798

Considerando que os principais tomadores de decisão analisam seus passivos de forma consolidada, não estão sendo divulgadas informações por segmento relacionadas a passivos.

30 RECEITAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>30 de junho de 2010</u>	<u>30 de junho de 2011</u>	<u>30 de junho de 2010</u>
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	124.702	20.404	155.231	121.651
Mercado externo	189.374	62.986	193.240	182.513
	314.076	83.390	348.471	304.164
Impostos, contribuições e deduções sobre vendas	(15.630)	(2.958)	(19.523)	(18.713)
	298.446	80.432	328.948	285.451

Notas Explicativas

São Martinho S.A.**Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011**
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**31 DESPESAS POR NATUREZA**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Aubos, Fertilizantes, Defensivos, Insumos	12.197	2.684	17.590	17.091
Cana-de-açúcar de terceiros	85.906	13.566	88.478	71.769
Combustíveis, Lubrificantes, Pneumáticos	14.641	4.340	17.796	21.208
Custos portuários	1.413	31	1.413	787
Depreciação e amortização (inclui ativos biológicos colhidos)	58.911	26.057	67.158	102.318
Impostos, Taxas e Contribuições	594	3	767	833
Mão de obra, Encargos, Benefícios	64.745	17.410	78.552	74.267
Outras despesas	12.339	2.286	14.764	11.771
Peças/Serviços de Manutenção	17.423	4.544	20.136	17.499
Serviços de terceiros	9.336	4.286	16.823	12.324
Gastos com transportes de terceiros	18.346	6.284	19.774	25.694
Materiais para revenda	3.355	2.377	6.658	7.613
	299.206	83.869	349.909	363.173
Ganho (Perda) Ativo Biológico	(3.353)		794	
Ativo biológico, investimento em plantio e tratos	(10.403)	(2.029)	(24.772)	(12.553)
Imobilizado, investimentos ambientais e manutenção relevante	(10.698)	(1.796)	(13.506)	(6.253)
Varição nos estoque de produtos acabados	(30.123)	(14.637)	(43.429)	(102.618)
Total dos custos dos produtos vendidos, despesas com vendas e gerais e administrativas	244.629	65.407	268.996	241.750

32 OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Resultado na venda de imobilizado	373	253	359	733
Parcelamento da Lei 11.941	424		618	
Ganho (perda) de capital com investimentos		745		
Outros	267	1.551	(89)	1.794
	1.064	2.549	888	2.527

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

33 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Receitas financeiras				
Juros recebidos e auferidos	4.794	369	7.740	2.436
Resultado positivo com derivativos	5.450	714	5.450	771
Outras receitas	139	39	160	465
	<u>10.383</u>	<u>1.122</u>	<u>13.350</u>	<u>3.672</u>
Despesas financeiras				
Juros pagos e incorridos	(10.220)	(2.637)	(13.739)	(15.496)
Resultado negativo com derivativos	(9.336)	(743)	(9.336)	(1.235)
Outras despesas	(808)	(364)	(989)	(3.111)
	<u>(20.364)</u>	<u>(3.744)</u>	<u>(24.064)</u>	<u>(19.842)</u>
Variação cambial e monetária				
Variação cambial e monetária positiva	16.166	3.574	16.284	21.106
Variação cambial e monetária negativa	(14.662)	(4.070)	(14.710)	(23.893)
	<u>1.504</u>	<u>(496)</u>	<u>1.574</u>	<u>(2.787)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(8.477)</u>	<u>(3.118)</u>	<u>(9.140)</u>	<u>(18.957)</u>

34 LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico

O lucro líquido básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	30 de junho de 2011	30 de junho de 2010
Numerador		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	37.964	19.072
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias no trimestre - lotes de mil	<u>112.861</u>	<u>112.861</u>
Resultado básico por ação		
Lucro básico e diluído por ação (em reais)	<u>0,34</u>	<u>0,17</u>

Notas Explicativas

São Martinho S.A.

Notas explicativas da administração às informações trimestrais em 30 de junho de 2011 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Diluído

O lucro líquido básico por ação e o lucro líquido diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com o efeito diluidor sobre o lucro por ação.

35 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas mantêm programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantêm contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As importâncias cobertas pelas apólices de seguros vigentes em 30 de junho de 2011 são:

Riscos cobertos	Cobertura máxima (*)	
	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	498.480	649.477
Incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza	212.500	275.289
Roubo ou furto	97.464	136.986
Fenômenos naturais, impactos de veículos aéreos ou terrestres, etc.	8.500	10.387
Danos elétricos	14.728	19.431
Outras coberturas	16.101	23.066

(*) Corresponde ao valor máximo das coberturas para diversas bens e localidades seguradas.

As coberturas relativas aos veículos, principalmente sobre responsabilidade civil, também estão incluídas acima, exceto para os danos materiais, que têm como referência, em média, 100% da tabela FIPE.

36 EVENTOS SUBSEQUENTES

(i) Reestruturação societária

Em 2 de agosto de 2011, conforme comunicado ao mercado como “Fato Relevante”, as *holdings* familiares mencionadas na Nota 1.1, integralizaram suas respectivas participações societárias na Companhia para constituição de uma nova empresa *holding*, LJM Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, que passou a concentrar 56,12% de participação no capital votante da Companhia e controlá-la.

(ii) Dissolução do consórcio “ALLICOM”

Em 8 de agosto de 2011 a Companhia informou a dissolução do consórcio “ALLICOM” mencionado na Nota 1.1. Ficou decidido pelas partes que a liquidação do consórcio será conduzida pela USJ Açúcar e Álcool S.A.

Os grupos São Martinho, Santa Cruz e Nova Fronteira, em função do alinhamento estratégico de seu portfólio de produtos - unidades produtoras de etanol de larga escala e significativa produção de açúcar para o mercado externo - iniciarão parceria para comercialização conjunta de açúcar e etanol. Essa nova parceria adotará o formato societário mais eficiente para o cumprimento de seus objetivos comerciais.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
São Martinho S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da São Martinho S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo nessa data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 -Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informao suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 15 de agosto de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maurício Cardoso de Moraes
Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

São Martinho S.A.
CNPJ n.º 51.466.860/0001-56
NIRE 35300010485

A São Martinho S.A. não possui conselho fiscal permanente. Suas Demonstrações Financeiras são aprovadas no âmbito de sua Diretoria e Conselho de Administração e posteriormente submetidas à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 6º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso 5º da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu discutiu e concorda com opiniões expressas no Relatório sobre a revisão de informações trimestrais dos auditores independentes emitido em 15 de Agosto de 2011 pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, CRC 2SP000160/0-5.